

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICA, DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: POLÍTICA, DEMOCRACIA E SOCIEDADE

JOSÉ ARTEMIO DA SILVA

**A democracia em rede: um estudo das manifestações recentes e o uso das
redes sociais on-line.**

NATAL - RN

2014

JOSÉ ARTEMIO DA SILVA

A democracia em rede: um estudo das manifestações recentes e o uso das redes sociais on-line.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como um dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: José Antonio Spinelli Lindozo

NATAL – RN

2014

JOSÉ ARTEMIO DA SILVA

A democracia em rede: um estudo das manifestações recentes e o uso das redes sociais on-line da internet.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como um dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: José Antonio Spinelli Lindozo

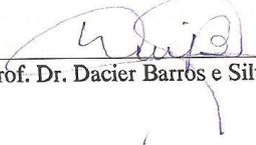
Apresentada em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Dr. Homero de Oliveira Costa - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Examinador: Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindozo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Orientador)


Examinador: Prof. Dr. Alexandre Galeno Araujo Dantas - Universidade Federal do Rio Grande do Norte


Examinador: Prof. Dr. Dacier Barros e Silva - Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha esposa Rozeli Maria Porto, essa grande mulher, pela paciência, cooperação, amor e dedicação.

Aos meus pais, Herminia da Silva e Pedro Moreira da Silva (in memorian)

À Jô, Lúcia, Cristhian, Caroline e Rodrigo, Thaís, Charbel e Julia, Sofia e Jorge.

À Dulce Porto, Vanildo Porto (in memorian), Nino e Lili, Maria, Victor, Thiago, Lucas e Cris, Melina, Kika, Marcos, Michael e Marcos Augusto.

À Cássia Helena Dantas pela dedicada, atenciosa e incomensurável colaboração. Obrigado.

Ao meu orientador Prof. José Antonio Spinelli, nos tornamos amigos, muito obrigado.

À Otânio e Jeferson da secretaria de pós-graduação pelo sempre pronto, eficiente e educado atendimento.

Aos amigos e companheiros de mestrado Ana Judite e Luis Fregonesi. Sucesso.

À Profa. Cimone Rozendo, Prof. Homero Oliveira Costa e Prof. Alexsandro Galeno.

Aos professores do programa de Pós graduação em Ciências Sociais da UFRN.

Aos amigos Daniel Correa Lorenzoni e Rosângela Lorenzoni.

Ao amigo e especialíssimo colaborador Carlos Barbosa Junior. Muito obrigado.

Ao amigo Anselmo José Maciel dos Santos e Noeli Maciel.

À amiga Waleska Vasconcellos e André.

À amiga Analba Brazão.

Aos amigos de Florianópolis e Curitiba: Jacir Zimmer, Beatriz Leorato, Ana Maria Duarte e Elson, Valcionir Correia e Conceição, Rafael Neves e Daniela, Edson Kolbe e Adriana, Alea Lima, Eduardo e Artur.

Aos amigos de Natal: Kátia e Nando, André e Juliana, Walter Romero, Sávio e Elisete, Francisca Muller e Daniel, Laércio e Rita, Chiara e Vitor, Guilherme, Dora e Evandro, Raquel e Antônio, Irene e Paulo, Edmundo e Maria, Jean e Juliara, Lisabete, Julie, Adriano Aranha, Glebson, Marcio, Marcinho e Roberta, Solange, Marcinha, Adriano e Andressa.

Ao CNPQ.

Aos teóricos que, com sua dedicação e estudos, nos deram subsídios para que trabalhos como este sejam possíveis.

RESUMO

Esta dissertação analisa as manifestações mundiais e brasileiras ocorridas a partir de 2011, tendo como elemento aglutinador e organizacional, as redes sociais *on-line*: especificamente o *Facebook*. O estudo foi realizado por meio de um levantamento bibliográfico sobre os protestos ocorridos nas ruas e a Internet, em livros, revistas, artigos e trabalhos acadêmicos, bem como em observações no *Facebook* durante o período dos protestos no Brasil.

Palavras chave: Manifestações. Internet. *Facebook*. Redes sociais *on-line*. Democracia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the global and Brazilian manifestations occurred since 2011, taking as a unifying and organizational element the social networks Facebook. The study was conducted through a literature survey about the protests in the streets and the Internet, in books, magazines, articles and academic papers, as well as comments on Facebook during the protests in Brazil.

Keywords: Manifestations. Internet. Facebook. Social networks. Democracy.

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I: Manifestações mundiais e o uso das redes sociais <i>on-line</i>	
1.1: O processo neoliberal e a crise de 2008	13
1.2: A crise mundial e as manifestações	19
Capítulo II: Análise das manifestações no Brasil	
2.1: O transporte público no Brasil, a gênese dos protestos	33
2.2: Protestos que tomaram as ruas no Brasil e suas especificidades	39
Capítulo III: A sociedade <i>ON-LINE</i>	
3.1: O canal <i>Facebook</i>	61
3.2: O fenômeno <i>Wikileaks</i> , e a primavera Árabe	66
3.3: O mundo das relações digitais	71
Considerações Finais	85
Referências	90

Um mapa do mundo que não incluía UTOPIA não merece ser olhado já que deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade chega ali, olha para o horizonte e, ao ver um país melhor, zarpa em sua busca. O progresso é a realização de Utopias.

Oscar Wilde.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo principal tentar entender os movimentos sociais ocorridos a partir de 2011 em vários países do mundo, incluindo o Brasil, caracterizados por manifestações e ocupações de cidades, praças e ruas, utilizando como meios de comunicação e de mobilização, as redes sociais *on-line* e suas ferramentas tecnológicas. A pesquisa se baseia em um levantamento bibliográfico de livros, artigos e trabalhos acadêmicos escritos ao longo dos últimos anos, relacionados às manifestações que tomaram as ruas globais e brasileira. Para uma melhor compreensão da sociedade digitalizada, utilizo teóricos como Pierre Lévy, Manuel Castells e David Harvey, além de ativistas como Julian Assange.

Partindo da premissa de que a Internet e suas redes possibilitam uma maior visibilidade e acesso a informações oficiais por uma grande parte da população, em virtude de sua relativamente fácil acessibilidade pelas diversas classes sociais - o que em épocas anteriores ao surgimento dessas tecnologias seria praticamente impossível - busco relacionar a utilização dessas redes na facilitação da convocação e organização das revoltas ocorridas.

O que me motivou a escolher esse tema de pesquisa, além do acontecimento dos movimentos internacionais Primavera Árabe e Occupy Wall Street, foi o fato de na mesma época, primeiro semestre de 2011, ter acontecido aqui na cidade do Natal, um movimento local que ficou conhecido como “Fora Micarla” que tinha como objetivo implementar o Impeachment do mandato da prefeita da cidade do Natal, Micarla de Souza, e que levou os estudantes a ocuparem a câmara de vereadores local. No mesmo período de 2011 ocorreram manifestações populares contra o aumento do preço dos combustíveis nos postos da cidade do Natal. Um dos fatores em comum entre esses dois movimentos de protesto foi o fato de ambos terem sido orquestrados, “organizados” e efetivados via redes sociais *on-line*, principalmente o *Twitter* e o *Facebook*.

De maneira geral, pode-se afirmar que o século XXI iniciou-se inserido numa nova perspectiva social determinada pelas novas tecnologias de informação. Assim, a difusão massiva da Internet, a partir da última década do século XX tem modificado de forma gradativa as relações sociais de produção, as relações pessoais via redes sociais *on-line*, as relações político-partidárias, bem como a participação individual no processo político.

Chamada de *informacionalismo* pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, esta nova sociedade caracteriza-se pela sua estruturação em redes de pessoas, bem como em redes *on-line* digitais. Possui uma linguagem própria, universalizada e difundida pela estrutura globalizada da rede, e desenvolve uma nova economia, sustentada e autoalimentada pela dinâmica da necessidade de consumo de “informações”, inerentes à estrutura da economia informacional.

Assim, o processo de globalização iniciado na segunda metade do século XX encontrou na Internet seu mais perfeito canal de propagação, principalmente a partir do momento em que os computadores pessoais tornaram-se virais, acessíveis a uma grande parte dos habitantes do planeta. O conforto trazido pelo incomensurável universo de dados contidos na Internet, as possibilidades de trocas de informações em tempo real pelos usuários das redes sociais *on-line*, tornaram-se um grande e sedutor atrativo, que em muito colaborou para a popularização da rede, e o seu sucesso como ferramenta da globalização.

O estudo de redes não é novidade para as Ciências Sociais. A novidade está por conta desse processo digitalizado trazido pela Internet, que modificou o tempo das ações e reações nas manifestações sócio-políticas. Enquanto se gastava uma semana, nos anos 1990, para organizar e operacionalizar uma passeata, hoje isso acontece na velocidade da luz dos circuitos cibernéticos da Internet. Vivemos um momento em que as formas tradicionais de política, representadas pela verticalidade organizacional dos partidos e sindicatos, está em “xeque”. O aparente colapso do sistema econômico neoliberal, demonstrado a partir da crise mundial de 2008, e que levou milhões de pessoas às ruas para protestar, deixou claro que essa política tradicional, aliada do sistema financeiro internacional, perdeu a sedução que porventura tenha exercido na população.

Logo, tem-se que uma democracia mais horizontalizada, parece ter sido o produto novo lançado por essas manifestações. O sistema hierarquizado e vertical, o organograma clássico das formas tradicionais de organizações políticas, tem sido substituído por um sistema de relações horizontais, destituído de lideranças fixas e de estruturas de poder enraizadas nas velhas práticas clientelistas. A própria dinâmica das redes *on-line* permite e colabora para que esse tipo de estrutura horizontal se consolide na gênese e na operacionalidade das novas formas de movimentos sociais da sociedade em rede.

Estamos vivendo, portanto, um momento de profundas transformações nos diversos estádios da vida humana, em que o sistema de produção da era fordista, junto com o estilo de vida privada e social por ele criado, talvez esteja sendo substituído pelo sistema de produção, e estilo de vida, da era da informação. Este trabalho procura entender algumas dessas relações sociais, entendendo que este riquíssimo momento histórico e sua grande amplitude de situações e possibilidades ainda proporcionarão incontáveis estudos nesse campo aberto da sociedade digital em rede.

A dissertação está dividida em três capítulos. Inicia-se com a introdução, seguida de um pequeno histórico da economia global e um debate sobre o impacto social das redes de comunicação *on-line* e o surgimento do ciberespaço, utilizando autores como Manuel Castells, Pierre Lévy e David Harvey.

No segundo capítulo faço um pequeno levantamento histórico sobre o automóvel no Brasil, e um debate sobre o impacto político das redes sociais como ambiente de discussão aberta face aos movimentos sociais e mobilizações ocorridas ultimamente, recorrendo a trabalhos recentes (artigos, dissertações, teses, livros) que se dedicaram ao tema, analisando seus achados e conclusões no Brasil.

No terceiro capítulo analiso os movimentos mundiais ocorridos a partir de 2011, e a utilização das redes sociais *on-line* como elemento de debates democráticos e de organização de movimentos sociais, à vista do referencial teórico existente sobre as redes digitais e as manifestações mundiais.

Capítulo I: Manifestações mundiais e o uso das redes *sociais on-line*

1.1: O processo neoliberal e a crise de 2008

1.2: A crise mundial e as manifestações

1.1: O processo neoliberal e a crise de 2008

Antes de entrar na discussão sobre o papel de fluidez desempenhado pelas redes sociais *on-line* nos movimentos sociais e políticos da era da internet, penso ser necessário compreender os acontecimentos históricos recentes que nos conduziram até aqui.

O século XXI se iniciou inserido num contexto político e econômico amplamente dominado pelos conceitos neoliberais em escala mundial. Após um período de experimentações no pós-segunda guerra mundial que confrontou sistemas como o stalinismo russo, a democracia liberal estadunidense e o estado de bem estar social escandinavo, chegamos ao final do século XX presenciando fatos altamente significativos como a queda da URSS, a unificação da Europa em torno do euro e o domínio quase hegemônico do capitalismo financeiro dos Estados Unidos.

Nesse contexto, talvez um dos mais significativos acontecimentos na ordem política e econômica mundial desse período tenha sido exatamente a desestruturação da União Soviética e do sistema que ficou conhecido como a primeira experiência socialista da história. Esse conceito extremamente confuso criado sobre o significado de socialismo, tendo como base o sistema adotado e colocado em prática na URSS como se isso fosse “o socialismo”, criou no imaginário popular um preconceito sobre o significado da palavra e sobre os países que o adotaram.

Conforme Spinelli & Lyra:

Um fator decisivo para a perda de credibilidade da proposta socialista foi a inevitável identificação que se estabeleceu entre os regimes do Leste, economicamente atrasados e politicamente autoritários, com o socialismo tout court. Com efeito, mesmo os socialistas mais críticos desses regimes os consideravam socialistas, ainda que deformados pelos privilégios da burocracia e pela restrição às liberdades democráticas, neles vigentes. Aliás, até hoje, os marxistas e as correntes políticas sob sua influencia continuam devendo, a respeito, uma autocrítica digna deste nome. (SPINELLI & LYRA, 2007, p. 573)

Sem ensejar adentrar no mérito da definição técnica do conceito de socialismo, concentro-me no fato de que as análises feitas sobre as postagens no *Facebook* no período desta pesquisa mostram uma grande rejeição aos ideários e pressupostos socialistas por uma parcela da população brasileira nestas épocas de manifestações de rua no Brasil.

Assim, após um período de intenso crescimento econômico do capitalismo no pós-segunda guerra mundial, verifica-se uma queda desse processo a partir da década de 70 do século XX, marcada por altas taxas de desemprego tanto nos países periféricos como nos países centrais, por uma diminuição do crescimento econômico, por um aumento da dívida externa dos países periféricos, e conseqüentemente, uma crise generalizada do sistema capitalista. Nesse cenário, buscando uma alternativa a essa nova crise do capitalismo, os governos liberais ocidentais encontraram nas teorias de Milton Friedman e Friedrich August Von Hayek, entre outros, as bases ideológicas do que ficou conhecido como o neoliberalismo: privatização de empresas estatais, corte nos gastos públicos incluindo saúde e educação, redução ou fim das taxas alfandegárias, fortalecimento dos blocos econômicos, estabilidade econômica, e principalmente a saída parcial do estado na economia.

Podemos dizer que o neoliberalismo surgiu nas regiões capitalistas da Europa e Estados Unidos logo após a segunda guerra mundial, constituindo-se como uma tendência ideológica contra o Estado de bem estar social e suas características intervencionistas. Baseava-se na lógica do mercado livre das interferências do Estado, (característica do Estado de bem estar), considerando qualquer mecanismo de controle estatal altamente prejudicial à economia de mercado, à liberdade e à própria política.

Teve como base de sustentação teórica o texto “*O Caminho da Servidão*” do austríaco Friedrich Hayek, em que se exaltava a liberdade de mercado, além de ideias que combatiam o Keynesianismo e o poder prejudicial exercido pelo sindicalismo operário nas relações sociais de produção. Para Hayek, a pressão sindical por melhores salários e condições de vida digna aos trabalhadores resultou em um grande prejuízo para as empresas, abalando as bases da acumulação capitalista e criando prejuízo aos governos que necessitavam aumentar os gastos sociais. A função do Estado, portanto, deveria se dar no âmbito do controle dos sindicatos, para que os mesmos não se tornassem portadores da crise através de suas reivindicações que “destruíam” o lucro das empresas.

Conforme Anderson:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 2007, pg. 11)

Apesar de ter sido idealizado no final da segunda guerra mundial, a oportunidade efetiva para a implementação do neoliberalismo deu-se com a crise dos anos 1970. Contrariando as expectativas lógicas que apontavam para a Europa ou estados Unidos, foi no Chile do general Augusto Pinochet que, em 1973, a primeira experiência neoliberal da história aconteceu. Somente a partir de 1979 a Inglaterra com Margareth Thatcher e os Estados Unidos com Ronald Reagan, iniciaram a implantação de processos neoliberais em seus países.

A difusão do processo em escala global foi rápida atingindo vários países da Europa e América Latina no decorrer da década de 1980, difusão esta que foi muito beneficiada ideologicamente pela queda do império “socialista” russo e dos países do leste europeu que adotaram o socialismo soviético. Livres das barreiras representadas pelo socialismo (de esquerda) ao sistema da economia de mercado, o neoliberalismo se reproduziu, apresentando uma composição ideológica predominantemente de direita, apesar de ter se estabelecido sem problemas em países que haviam tido governos reconhecidamente de esquerda. Isso demonstrou o quanto o processo político mundial estava favorável, naquele momento, para o sucesso da empreitada neoliberal.

É importante lembrar que as características do processo foram diferentes em cada país em que se implantou, não obstante a premissa básica da existência da “globalização” como sustentáculo imprescindível ao sistema, haja vista que a formação de uma “aldeia global”, desestruturante e uniformizante, fosse alardeada como uma via lógica do encaminhamento das sociedades rumo ao progresso futuro.

Uma vez instalado o processo neoliberal no mundo ocidental capitalista, suas políticas econômicas foram imediatamente aplicadas, apesar de nem sempre terem sido suficientemente esclarecidas à população pelos governos vigentes. Seguindo a cartilha dos ideólogos, iniciaram-se processos inerentes à formulação neoliberal (conforme cito na pag. 14).

Afirmo que a crise do sistema capitalista financeiro iniciada em 2008, bem como as manifestações de rua de 2011 em caráter global e 2013 no Brasil, são resultados diretos do processo neoliberal mundial. Os dispositivos econômicos utilizados na implantação e manutenção do sistema criaram uma pauperização das classes sociais subalternas, em dissonância a um enriquecimento substancial das elites financeiras, fruto da ideologia excludente, desigual e antidemocrática inerente ao neoliberalismo.

Que consequências este projeto acarreta? As discussões desenvolvidas no seminário já destacaram as consequências negativas desse projeto do ponto de vista social (agravamento das desigualdades, da exclusão e segmentação social etc.) e econômico (desvio crescente de recursos para a especulação, incapacidade crescente de absorção de mão-de-obra e do trabalho criativo humano, incapacidade de recuperar e sustentar ritmos elevados de crescimento etc.) (FERNANDES, 2007, pg. 56).

Além do aspecto econômico e social é importante salientar o caráter antidemocrático do neoliberalismo. Ao negligenciar fatores como o acesso às informações primárias e a participação social nos processos decisórios, o sistema se impôs na forma de uma “ditadura” econômica exercida de cima para baixo e legalmente constituída, uma vez que se consolidou sob a forma e o beneplácito das eleições populares.

Ao falar das revoluções burguesas latino-americanas, Atílio Borón lembra-nos sobre o aspecto antidemocrático histórico das mesmas, incluindo o neoliberalismo:

Mas nenhuma delas concluiu suas “tarefas pendentes”, estabelecendo um regime democrático: sua preocupação, ao contrário, foi consolidar o funcionamento do modo de produção capitalista, não introduzir a democracia burguesa. Sua meta e seu objetivo era o capitalismo, não a democracia. (BORÓN, 2007, pg. 64).

Além das drásticas consequências sociais trazidas pelo neoliberalismo, as manifestações de rua a partir de 2011 mostraram uma tendência nefasta nas sociedades ocidentais, que diz respeito ao avanço dos partidos e das ideologias de extrema direita e até mesmo de cunho fascistas. Em diversos locais onde ocorreram as manifestações incluindo o Brasil, Skinheads e outros grupos ultraconservadores foram parte ativa nas passeatas, onde suas reivindicações se davam não no sentido geral do protesto ao capitalismo mas, sim, no sentido contrário, antidemocrático, nacionalista e imbuído de valores preconceituosos.

Sobre a característica antidemocrática do neoliberalismo Fernandes aponta:

Parece-me que a viragem econômico-social implementada pelo neoliberalismo vem sendo acompanhada por uma viragem *política* de sentido claramente antidemocrático. Por “baixo”, isto se expressa muito claramente no ressurgimento de fortes tensões e movimentos de cunho racista e chauvinista na Europa - um desenvolvimento que preocupa o mundo todo. Já por “cima” ela se materializa na adoção de medidas cada vez mais restritivas da democracia representativa e do pluralismo democrático. O caso emblemático, aqui, é o da Itália, que recuou do sistema de representação proporcional para o distrital misto. Hoje, esse é um tema central, também, da agenda política brasileira. Os setores políticos mais afinados com o projeto neoliberal vêm pressionando fortemente pelo abandono do sistema de representação proporcional e pela introdução de cláusulas de barreira que dificultem o acesso de partidos ao Parlamento. (FERNANDES, 2007, pg. 56.)

As consequências imediatas dessa política neoliberal nos países pobres foram uma subserviência cada vez maior aos países centrais, tendo como resultado o endividamento externo, e a dependência tecnológica com a falência das indústrias nacionais, esta promovida pela mundialização da produção. Além disso, verificaram-se também altas taxas de desemprego no setor público em função do fechamento sistemático de setores da administração pública como, resultado da lógica da diminuição do Estado.

Grosso modo, nesse contexto, as empresas estatais ao serem privatizadas procuraram adequar seus sistemas administrativos e produtivos aos preceitos da era mundializada, desconsiderando os processos que eram anteriormente utilizados pelas mesmas e que nesse novo cenário foram considerados ultrapassados e improdutivos. Isso gerou imediatamente um enorme aumento do desemprego em função do fechamento de postos de trabalho, que se deu sobretudo pela substituição de trabalhadores considerados improdutivos por outros de “alta eficiência”, e pela substituição da lógica do sistema administrativo estatal, pela lógica do sistema produtivo privado. Concomitantemente, a desagregação do comunismo soviético, a queda do muro de Berlim e o fim do bloco socialista do leste europeu, nas duas últimas décadas do século XX, deixaram o caminho livre para a consolidação da hegemonia capitalista estadunidense, agora sob a direção ideológica do processo neoliberal.

A partir dos anos 80 do século XX, a economia de mercado dos Estados Unidos experimentou um período de crescimento e êxtase, embalado pela liberdade proporcionada pela ausência do grande “inimigo ideológico” dos tempos da guerra fria. Se o comunismo soviético representava um empecilho para esse desenvolvimento, agora o mercado estava

efetivamente livre para crescer, bastando apenas um eficiente programa de disseminação da ideologia neoliberal para os países periféricos do sistema capitalista.

Ainda conforme Spinelli & Lyra:

Do ponto de vista político, esse período coincide com o desmoronamento do comunismo de tipo soviético, simbolizado pela desagregação da União Soviética e a queda do Muro de Berlim. Nos países do Ocidente democrático e desenvolvido os partidos social-democratas e socialistas conhecem uma fase de declínio e derrotas eleitorais e assiste-se a ascensão da nova direita representada pelos governos Reagan (Estados Unidos da América) e Thatcher (Reino Unido). Nos países da esfera do antigo “socialismo real” situados no Leste Europeu os governos comunistas são substituídos por governos liberais que privatizam suas economias e buscam integrá-las ao mercado mundial capitalista. (SPINELLI & LYRA, 2007, p. 576):

No Brasil, o neoliberalismo veio com o governo de Fernando Collor de Mello, que na esteira do processo mundial comandado por Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, deu início a uma grande abertura de mercado ao capital estrangeiro com a redução de impostos sobre diversos produtos importados, com ênfase nos automóveis. É importante lembrar que já no período de campanha eleitoral, o candidato Collor ao fazer uma comparação entre a indústria automobilística nacional e a internacional, afirmou que os carros brasileiros eram “verdadeiras carroças” uma vez que a indústria internacional produzia automóveis com tecnologia muito mais avançada.

Assim, em abril de 1990, o Congresso Nacional aprovou uma proposta liberando a importação de aproximadamente 300 produtos incluindo automóveis. Estava dado o início da instalação do processo neoliberal no Brasil, timidamente iniciado no governo Sarney e consolidado na era Collor.

Passadas duas décadas da implementação efetiva do neoliberalismo, iniciou-se nos Estados Unidos a mais recente crise de sistema capitalista, que ficou conhecida como a “crise de 2008”. Isso se deu pelo fato de que após um período de aquecimento verificado nas décadas de oitenta e noventa, a economia estadunidense entrou em processo de desequilíbrio. Nesse sentido, é importante salientar que o ataque terrorista ao World Trade Center sete anos antes, em 2001, envolveu o governo Jorge W. Bush numa ofensiva antiterrorista mundial, em duas grandes guerras: Iraque e Afeganistão, o que ocasionou um aumento considerável de gastos públicos para o financiamento dessas empreitadas.

Deste modo, além das despesas de guerra, a economia interna não estava muito bem em virtude do desequilíbrio da balança comercial. Com dinheiro injetado do exterior, os bancos passaram a oferecer mais crédito, inclusive para clientes considerados de risco. O setor imobiliário foi o mais visado pelos compradores e investidores que aproveitavam as ofertas de financiamento com baixas taxas de juros, levando a uma supervalorização dos imóveis.

Por consequência, no momento em que os juros começaram a subir, houve uma retração dos negócios imobiliários e uma desvalorização do preço dos imóveis ocasionando uma grande inadimplência. Isso levou os bancos a uma crise que obrigou o governo a injetar dinheiro público no setor financeiro. Quando o governo encerrou a ajuda financeira aos bancos, o Lehman Brothers, quarto maior banco privado dos Estados Unidos, quebrou provocando pânico, travando o crédito e iniciando um efeito cascata que atingiu praticamente todos os países capitalistas do mundo. Estava iniciada a crise econômica de 2008.

1.2: A crise mundial e as manifestações

Os movimentos que tomaram as ruas em 2011 em diversas partes do mundo tiveram como alvo principal o capitalismo, suas crises e desigualdades. No dia 17 de dezembro de 2010, Mohamed Bouazizi, um vendedor de frutas da Tunísia que teve suas mercadorias apreendidas, suicidou-se por imolação em praça pública. Apesar de ser um ato isolado e não o único, esta atitude de absoluto desespero individual frente a uma situação incontrolável marca o início de uma série de protestos nos países do Norte da África: Tunísia; Egito; Líbia; Iêmen; países da Europa: Grécia, Espanha, Portugal, e nas Américas: Chile, Estados Unidos, Brasil.

A crise profunda iniciada em 2008 afetou sensivelmente os países do norte da África aumentando o desemprego e a pobreza, além da elevação do preço dos alimentos - o que serviu de motivo para as mobilizações contra o capitalismo. A falta de perspectiva de vida dos jovens em relação ao futuro, o desemprego, o precariado como única condição de vida, mobilizou via internet/*Facebook* verdadeiras multidões em protesto. Essas manifestações

tiveram como alvo comum a imensa concentração de renda e a péssima distribuição da riqueza em nível mundial.

Conforme Peschanski:

O movimento global dos “ocupas”- acampamentos de estudante e trabalhadores em áreas públicas de centenas de cidades em todo o mundo -, iniciado no segundo semestre de 2011, tem entre suas principais bandeiras a crítica à desigualdade econômica. De fato, a distribuição de renda e patrimônio em varias sociedades é estarrecedoramente desigual: nos Estados Unidos, de acordo com estudos do governo de 2008, 1% da população controla quase 25% da renda, 15 pontos percentuais a mais do que controlava em 1980. No Brasil, onde se comemora estar próximo ao nível de desigualdade estadunidense, a concentração de riqueza é ainda maior. (PESCHANSKI, 2012, p. 27)

Falando especificamente sobre o movimento “*Occupy Wall Street*” nos Estados Unidos, mas servindo também para a configuração global das manifestações, David Harvey (2013) apresenta uma hipótese muito interessante sobre a atual condição de atrelamento das esferas políticas e econômicas mundiais, a qual ele chama de “Partido de Wall Street”. Desmitificando a ideia de que os partidos e governos possam operar de forma imparcial na adoção de medidas sociais, políticas e econômicas, Harvey cita a existência de uma organização sub-reptícia formada pelos banqueiros de Wall Street em Nova York, os quais teriam enorme influência sobre as decisões administrativas dos governos neoliberais mundiais.

Agindo em conformidade com a lógica do domínio pleno do livre mercado e da diminuição sistemática do Estado na sociedade neoliberal, o “Partido de Wall Street” espalha seus tentáculos de dominação em todos os setores econômicos globais, controlando os recursos e potencialidades produtivas e trabalhistas necessárias à acumulação de capital e manutenção do escopo capitalista. Sobre isso, Harvey afirma que,

O partido de Wall Street controlou os Estados Unidos sem dificuldades por tempo demais. Dominou completamente (em oposição a parcialmente) as políticas dos presidentes por pelo menos quatro décadas (para não dizer mais), independentemente de presidentes individuais terem ou não sido seus agentes por vontade própria. Corrompeu legalmente o congresso por meio da dependência covarde dos políticos de ambos os partidos em relação ao poder de seu dinheiro e ao acesso à mídia comercial que controla. Graças a nomeações feitas e aprovadas pelos presidentes e pelo congresso, o Partido de Wall Street domina muito o aparato

estatal, bem como o Judiciário, em particular a Suprema Corte, cujas decisões partidárias estão crescentemente a favor dos interesses venais do dinheiro, em esferas tão diversas quanto eleitoral, trabalhista, ambiental e comercial (HARVEY, 2013 p. 57-58).

Esse imenso domínio que separa uma determinada classe das outras, segundo o autor, criou uma “guerra de classes”, reduzindo de tal forma as possibilidades de aspirações sociais das classes subalternas, inclusive controlando os assuntos culturais através da mídia subvertida, o que acabou tornando inevitável o surgimento de manifestações sociais contra o capitalismo.

Mas agora, pela primeira vez, há um movimento explícito que enfrenta o Partido de Wall Street e seu mais puro poder do dinheiro. A “street” [rua] de Wall Street está sendo ocupada – ó, horror dos horrores – por outros! Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do Occupy Wall Street são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximos à localização de muito dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-los em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance (HARVEY, 2013, p. 60).

É importante salientar que essas mobilizações foram organizadas e disseminadas pelas redes sociais, principalmente o *Facebook*, em países que em alguns casos eram regidos por ditaduras que usavam a censura como meio de controle social. Nesses casos, a internet serviu como um meio subversivo de organização. Mesmo em países com maior abertura política e social como os Estados Unidos, esse meio midiático serviu para unir diversos setores da sociedade num objetivo comum de protesto, o que Giovanni Alves (2012, p. 32) chamou de “globalização dos de baixo.”:

Em todos esses movimentos, o papel das redes sociais como facebook e twitter, na organização das manifestações foi importante. Na verdade o Occupy Wall Street, o movimento dos indignados e o movimento geração à Rasca são exemplos candentes da verdadeira globalização dos de baixo, que se opõe à globalização dos de cima.

Slavoj Zizek (2012) ao comentar o movimento *Occupy*, coloca em questão qual seria o caminho a seguir após o fim das manifestações. Enquanto muitos buscavam as respostas para as reivindicações dos manifestantes, Zizek brilhantemente afirma que as manifestações são “a

resposta” à questão que já estava havia muito tempo colocada pelas perspectivas das críticas ao sistema capitalista liberal e suas consequências ao meio ambiente e a vida humana.

Os meios de comunicação tradicionais durante este período constantemente publicaram reportagens, livros, artigos e movimentos, tendo como base críticas contundentes ao resultado final do processo produtivo capitalista, mas nunca se prontificando a propor mudanças radicais no sistema, e sim adequações do capitalismo a uma suposta “democracia” - ou seja, criar um sistema que fosse funcional para a existência de uma “democracia capitalista”, e não uma transformação das bases produtivas da economia social capitalista.

Conforme Zizek:

Existe, entretanto, uma armadilha para toda essa abundância de críticas: uma regra não questionada delas, tão cruel quanto possa parecer, é a moldura liberal democrática da luta contra esses excessos. O objetivo (explícito ou implícito) é democratizar o capitalismo, estender o controle democrático para a economia por meio da pressão da mídia, inquéritos parlamentares, leis mais severas, investigações policiais honestas etc., etc. Porém, jamais questionar a moldura institucional democrática do Estado de direito (burguês). Isso continua sendo a vaca sagrada na qual mesmo as formas mais radicais desse “anticapitalismo ético” (o fórum de Porto Alegre, o movimento de Seattle) não se atrevem a tocar. (ZIZEK, 2012, p. 22)

Para o autor, um dos cuidados fundamentais que os manifestantes deveriam tomar, seria exatamente o de não permitir que os movimentos pudessem dar espaço para o surgimento de oportunistas inimigos, que poderiam usar os protestos em benefício do próprio sistema que os manifestantes combatiam. Ainda sobre isso, Slavoj Zizek concordando com Alain Badiou, (2012, p.23) afirma que

Hoje o nome do pior inimigo não é capitalismo, império, exploração ou algo similar, mas Democracia: é a ‘ilusão democrática’, a aceitação dos mecanismos democráticos como a moldura fundamental de toda mudança, que evita a transformação radical das relações capitalistas.

Ainda segundo Zizek, os movimentos que tomaram as ruas em 2011 careciam de uma definição plausível de luta política, pois havia uma força política extraordinária nas ruas, mas faltava-lhes a pergunta fundamental para os movimentos, que seria “o que fazer depois?”. Assim, se a “democracia real”, reivindicada por grupos que participaram das manifestações globais em 2011 efetivamente não existe no sistema capitalista, constituindo-se simplesmente

de uma ilusão social que constitui uma superestrutura ideológica de um sistema político e econômico apoiados por um sistema corrupto que trabalha para o capitalismo financeiro, qual pergunta deverá ser feita para que se possa buscar uma resposta condizente?

Sob esse prisma, deve-se observar que vivemos diante de uma crise de identidades ideológicas em que os ideais históricos da direita liberal e o objeto da luta das esquerdas tradicionais perderam suas forças. Após a queda do muro de Berlim e o fim do comunismo no século XX, a esquerda ficou destituída de um objeto concreto e visível e substancial para a manutenção de sua estrutura ideológica. Sem entrar em detalhes sobre as lutas históricas da esquerda como desemprego, desigualdade social e destruição do meio ambiente, o importante aqui é entender o apelo que o comunismo tinha sobre essa guerra entre esquerda e direita. A direita por sua vez, após um século inteiro de crises relacionadas ao sistema produtivo capitalista - onde até mesmo duas guerras mundiais podem ser computadas nesse conjunto - inicia o século XXI, com mais uma grave crise estrutural de seu modelo liberal iniciada em 2008 e não resolvida até agora.

Talvez possamos entender aí o motivo pelo qual os manifestantes de maneira geral rejeitaram a participação de partidos políticos nas passeatas. Em face dessa ausência de ideais que possam dar conta da situação de desequilíbrio mundial por ambos os lados, direita e esquerda, torna-se compreensível a descrença da população no sistema político tradicional estruturado nos partidos. Até mesmo os intelectuais, que sempre desempenharam um papel fundamental na condução ideológica dos movimentos de transformação social, perderam sua força neste contexto histórico do início do século XXI, deixando a questão “o que fazer” cada vez mais distante de uma resposta efetiva.

Sobre isso, Zizek questiona:

Então, quem sabe? Cara a cara com as demandas dos manifestantes, os intelectuais definitivamente não estão na posição de Sujeito Suposto Saber: não podem operacionalizar tais demandas para traduzi-las em propostas para medidas realistas precisas e detalhadas. Com a queda do comunismo do século XX, eles perderam para sempre o papel da vanguarda que conhece as leis da história e pode guiar os inocentes pelo seu caminho. O povo, entretanto, também não sabe – ‘povo’ no sentido de uma nova figura de Sujeito Suposto Saber é um mito do partido que diz agir em sua causa, desde a linha mestra de Mao, ‘aprender com os camponeses’, até o famoso apelo de Heidegger para seu velho amigo camponês no pequeno texto ‘Por que permanecemos na província?’ (ZIZEK, 2012, p. 24)

Zizek talvez tenha exagerado ao dizer que os intelectuais perderam “para sempre” o papel de condução ideológica das vanguardas revolucionárias. Porém, parece certo que esse papel ficou imensamente reduzido neste contexto, e que o entendimento das questões centrais deste momento histórico, está apenas se iniciando.

Para Giovanni Alves (2012), os novos movimentos sociais da era da internet reivindicam inúmeras coisas diferentes, todas associadas a uma crítica ao capitalismo exploratório, não sendo, porém, um movimento essencialmente anticapitalista. Nesse contexto, os manifestantes agem com uma consciência moral do que deve ser feito para alcançar maior justiça social e equilíbrio econômico, mesmo não tendo a plena consciência de estarem fazendo um protesto político-ideológico anticapitalista.

Segundo Alves,

No plano contingente, efetuam uma crítica radical do capitalismo como modo de produção da vida social. Mas não podemos considerá-los, a rigor, movimentos sociais anticapitalistas. Na verdade, o que predomina entre os manifestantes é um modo de consciência contingente capaz de expor, com indignação moral, as misérias do sistema sociometabólico do capital, mas sem identificar suas causalidades histórico-estruturais (o que não significa que não haja os mais diversos espectros de ativistas anticapitalistas). (ALVES, 2012, p. 36)

Assim, em razão dessa aparente falta de uma maior definição político-ideológica dos manifestantes, fruto de um processo histórico definido pelas crises das identidades no início do século XXI, Alves, assim como Zizek, coloca em questão quais os rumos a seguir, após as ocupações dos movimentos sociais:

Os movimentos sociais agem no plano da cotidianidade insubmissa, rompendo com a pseudoconcreticidade paralisante da rotina sistêmica, mas permanecendo no esteio da vida cotidiana. Talvez falte-lhes clareza do próximo passo ou do elo mais próximo da corrente de indignação coletiva que clama, por exemplo, pela democracia real. Por isso nos interrogamos: Ocupar Wall Street...e depois? (ALVES, 2012, p. 36)

Logo, Alves questiona se os novos movimentos sociais terão capacidade de elaborar uma “plataforma política mínima” para poder enfrentar as forças constituídas pelo capitalismo liberal exploratório. O “inimigo”, declarado ou não, combatido nas manifestações e representado pelo sistema político-econômico vigente, está estabelecido firmemente no terreno da guerra apesar da crise estrutural que enfrenta.

Outro ponto importante levantado por Alves questiona se os novos movimentos sociais serão capazes de criar “novas organizações de classe” que possam aglutinar e institucionalizar as pautas dos manifestantes, não permitindo que o vazio deixado pela possível não realização dos anseios sociais abra espaço para os movimentos fascistas. Esse é um ponto extremamente delicado da questão, haja vista a crescente ascensão dos movimentos fascistas globais, bem como da participação de grupos neonazistas nas manifestações mundiais e brasileiras.

Segundo Alves:

Não podemos ser apenas seduzidos pelo fascínio da contingência indignada nas praças e ruas. Os novos movimentos sociais de indignados compõem o quadro da barbárie que impregna a ordem burguesa do mundo, abrindo um campo de sinistras contradições sociais que dilaceram por dentro a ordem do capital - mas são incapazes, em si e por si, de ir além” (ALVES, 2012, p. 37)

Desta forma, para o autor, mesmo não tendo uma proposta clara e nem um projeto definido de estabelecimento de uma democracia real possível nesses tempos pós-modernos e neoliberais, talvez o valor mais absoluto das manifestações tenha sido exatamente o de descortinar publicamente as agruras e misérias representadas pelo sistema capitalista global. Além disso, Giovanni Alves identificou seis características comuns nos novos movimentos sociais da era da internet: Diversidade Social; Pacifismo; Uso de Redes Sociais; Criatividade política; Exposição das misérias; Democratização Radical.

A primeira característica, a diversidade social dos participantes das manifestações, demonstra que a insatisfação contra o estado de penúria em que a população foi relegada no Estado neoliberal chegou a tal ponto, que consegue reunir numa mesma passeata e num mesmo local, uma complexa variedade de pessoas, com as mais variadas profissões e formações intelectuais e culturais. Tendo-se como base a ideia de que o *preariado* (ALVES, 2012) seja a grande maioria presente nas manifestações, os famosos 99%, pode-se dizer que existe uma universalização da classe trabalhadora explorada pelo sistema do capitalismo financeiro mundial, que se uniu em passeata. Para Alves (2012, p. 32): “Enfim, trata-se do denso e vasto contingente do novo (e precário) mundo do trabalho e da proletariedade extrema que emerge no bojo dos ‘trinta anos perversos’ de capitalismo neoliberal”.

Em segundo lugar, os manifestantes adotaram a tática da “não agressão” nas passeatas, demonstrando sua consciência crítica e moral ao protestar contra o sistema os oprime, sem adotar os seus próprios meios de coerção, que é a violência do Estado, isso também é uma forma de evitar a criminalização dos participantes.

Outrossim, a terceira característica dos novos movimentos sociais é a utilização das redes sociais *on-line*, *Twitter* e *Facebook* “ampliando a área de intervenção territorial e a mobilização social” (ALVES, 2012, p. 33). A utilização de táticas de luta social baseadas na ampliação do território, que foi inicialmente “*desterritorializado*” pelo sistema capitalista neoliberal, na ocupação do espaço e na visibilidade social, constitui-se em práticas de ‘guerra’ já utilizadas, segundo Alves, pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil e pelo Zapatismo, no México. O imenso espaço abstrato criado a partir do surgimento do ciberespaço forneceu um terreno incomensurável para a efetivação das lutas sociais e políticas, que se baseiam nessa postura de ampliação de territórios. Uma das características desses novos movimentos sociais, em conformidade com o Zapatismo mexicano, está no fato de que ambos os movimentos não têm um líder, além de utilizarem a internet para divulgar suas ideias e reivindicações. A figura emblemática do subcomandante Marcos, porta voz e suposto líder dos zapatistas, tornou-se um exemplo de líder anônimo, que dispensa a exposição midiática e o glamour do sucesso. Em suas aparições públicas, sempre está mascarado sendo que a organização, o Exército Zapatista de Libertação Nacional, faz de tudo para manter o seu anonimato a fim de evitar represálias. Numa entrevista televisiva quando do surgimento do movimento, o subcomandante Marcos esclareceu que os zapatistas usavam máscaras para não serem reconhecidos pelo governo federal e para evitar a formação de lideranças carismáticas, uma vez que, segundo ele, a criação de mártires e heróis enfraquece os movimentos políticos.

De forma análoga, cabe aqui lembrar da participação do grupo *Anonymous*¹ nas manifestações de 2010. Assim como os integrantes do movimento zapatista, os *Anonymous* utilizam máscaras durante suas atuações públicas, evitando o reconhecimento de seus

¹ Anonymous é um grupo internacional de hackers ativistas da Internet, ou, hackivistas como são chamados. Originou-se em 2003 e funciona como uma comunidade gigante de usuários online agindo no anonimato. Teve um importante papel nas manifestações mundiais de 2010 e nas manifestações no Brasil em 2013. São reconhecidos pelo uso de máscaras idênticas às utilizadas no filme “V de Vingança”.
(fonte: <http://www.techtudo.com.br>)

membros pela polícia, e evitando a formação de lideranças carismáticas. Além disso, assim como os zapatistas, utilizam a Internet como meio de divulgação de suas propostas e ações.

A quarta característica dos movimentos é a sua capacidade de disseminar as propostas de contestação, de forma criativa e inovadora, improvisando rapidamente formas de organização coletivas em campo, quando necessário.

A quinta característica é a exposição clara das desordens socioeconômicas promovidas pelo capitalismo financeirizado, em contrapartida a regra intrínseca da ordem burguesa que oculta as mazelas e misérias sociais.

Em sexto, os movimentos clamam por uma democracia radical em oposição a falsa democracia desenvolvida nos países do capitalismo central.

Por outro lado, David Harvey (2012) entende as manifestações de rua, especialmente o movimento “*Occupy Wall Street*” como uma consequência direta das práticas abusivas perpetradas pelo grupo que ele denomina como “Partido de Wall Street” nas áreas financeiras e políticas globais. Podemos entender o “Partido de Wall Street” como um pequeno grupo de banqueiros e financistas, basicamente estadunidenses, devidamente territorializados na rua Wall Street em nova York, sede mundial das grandes negociações e das grandes corporações financeiras internacionais. De Wall Street para o mundo, emergem gigantescas transações especulativas corporativas, com poder de enriquecer pessoas e países, bem como, por outro lado, destruir populações; derrubar governos; definir padrões culturais e de consumo; controlar e manipular ideologias pelos meios de comunicação; fazer a guerra e negociar a paz.

Detentor de um poder político e econômico global quase que absoluto, o “Partido de Wall Street” baseia-se numa lógica muito própria e privada onde a percepção de mundo é muito simples: O “Partido de Wall Street” é o dono do mundo. Tem o direito de enriquecer infinitamente e de se apropriar de tudo o que a natureza criou para eles e com esse propósito.

Segundo Harvey:

E esse poder tem de ser exercido com um único objetivo: seus detentores não devem apenas ter o privilégio de acumular riquezas sem fim e à vontade, mas também o direito de herdar o planeta, com domínio direto ou indireto da terra, de todos os seus

recursos e das potencialidades produtivas que nela residem, bem como de assumir o controle absoluto, direta ou indiretamente, sobre o trabalho e as potencialidades criativas de todos os outros que sejam necessários. O resto da humanidade se tornará supérfluo”. (HARVEY, 2012, p. 58)

Deve-se observar que o ideário do “Partido de Wall Street” engloba segundo Harvey, uma lógica histórica do pensamento capitalista baseada na competição extrema do processo, que está além das aspirações egoístas individuais. Essa lógica leva a uma forma de corrupção moral muito coercitiva, onde as pessoas envolvidas simplesmente não podem abrir mão dessas regras uma vez que necessitam delas para ter sucesso no mundo corporativo.

Ainda segundo Harvey,

Muitas pessoas decentes estão presas a um sistema que está completamente podre. Se querem um salário razoável, não tem outra opção além de render-se à tentação do diabo: só estão ‘seguindo ordens’, como na famosa frase de Adolf Eichmann, ou ‘fazendo o que o sistema pede’, como se diz hoje em dia, aceitando os princípios e práticas bárbaros e imorais do Partido de Wall Street. As leis coercivas da competição forçam todos nós, em diferentes níveis, a obedecer às regras desse sistema cruel e insensível. O problema é sistêmico, não individual” (HARVEY, 2012, p. 58)

Deste modo, para poder operacionalizar essa ideologia de controle do mundo para seu próprio deleite, seria imperativo para o “Partido de Wall Street” comandar o sistema político dos Estados Unidos. Sobre isso, Harvey afirma que esse controle efetivamente aconteceu nas últimas quatro décadas, tendo o “Partido de Wall Street” dominado presidentes e influenciado nas nomeações de pessoas para cargos importantes em pontos estratégicos, a fim de realizar a manutenção de seus objetivos. Ademais, a partir do momento que controla o executivo e o judiciário e seus pontos chaves, o “Partido de Wall Street” se apropria de forma institucional e legal dos meios materiais para conservar e ampliar a sua acumulação de capital, terras, contratos do governo com o capital privado, subsídios e outros.

Além disso, o “Partido de Wall Street” detém o monopólio estatal da violência para controlar quem discorda de seus modos de agir. Consegue de forma brilhante criar a ilusão de uma falsa liberdade de expressão, num sistema estruturado para manter os pensamentos sob controle, qualquer desvio de conduta que possa expor a verdadeira face de seu projeto, é imediatamente aplacada pela ação policial.

A eterna luta de classe também faz parte do projeto do partido que se esforça em mantê-la. É compreensível que isso aconteça uma vez que a desigualdade social faz parte das bases da acumulação material do sistema de produção capitalista que o partido defende. Harvey afirma que após tanto tempo de domínio do “Partido de Wall Street” sobre os Estados Unidos (e o mundo), finalmente surge um movimento social que o enfrenta abertamente, utilizando-se da tática de ocupação dos espaços que foram apropriados pelo inimigo, a rua de Wall Street e demais espaços públicos, e que agora se tornam o campo da batalha nessa “guerra de classes”. Warren Buffet², citado por Harvey afirmou: “*Claro que há uma guerra de classes, e é a minha classe, a dos ricos, que a está fazendo, e nós estamos vencendo*”. (2012, p. 59)

Os objetivos do movimento são muito claros: retomar o que pertence ao povo e que foi apropriado pelo capitalismo liberal. Sobre isso, Harvey afirma que:

O objetivo desse movimento nos Estados Unidos é simples; Diz: ‘Nós, as pessoas, estamos determinados a retomar o nosso país dos poderosos do dinheiro que atualmente o controlam. Nosso intuito é provar que Warren Buffett está enganado. Sua classe, os ricos, não vai mais governar sem oposição e nem herdar automaticamente a terra. Sua classe, a dos ricos, não está destinada a sempre vencer’ (HARVEY, 2012, p 61)

Sobre a tática da ocupação dos espaços públicos, Harvey diz (2012, p. 61) citando os manifestantes:

Somos 99%. Somos a maioria e essa maioria pode, deve e vai prevalecer. Uma vez que todos os outros canais de expressão estão fechados para nós pelo poder do dinheiro, não temos outra opção a não ser ocupar os parques, praças e ruas de nossas cidades até que nossas opiniões sejam ouvidas e nossas necessidades atendidas.

Harvey se mostra otimista em relação ao momento histórico das manifestações *Occupy Wall Street*, e percebe que essa é uma enorme oportunidade do povo espoliado de sua dignidade e direitos, reconquistar o que lhe foi tomado pelo “Partido de Wall Street”. Alerta para a necessidade de se expandir o movimento por todos aqueles 99% da população que foram expropriados da divisão das riquezas, os que são diariamente explorados em seus locais de trabalho, os descontentes e os alienados, para formar uma barreira contra esse sistema

² Warren Buffet é um megainvestidor, principal acionista, presidente do conselho e diretor executivo da Berkshire Hathaway. Foi o homem mais rico do mundo em 2008. Suas empresas atuam com propriedades, seguros e resseguros, serviços de utilidade pública, energia, frete ferroviário, serviços financeiros, indústria e varejo. Em 2011, a revista FORBES o classificou como o terceiro homem mais rico do mundo com uma fortuna avaliada em 50 bilhões de dólares. [fonte: <http://economia.ig.com.br/>]

imposto pelo “Partido de Wall Street”. Assim como Zizek e Alves, preocupa-lhe a direção que o movimento pode tomar após o fim das manifestações, e portanto, é necessário um projeto político alternativo ao sistema que está combatendo e que possa: “reverter esse nível de desigualdade, não só a riqueza ou os salários, mas, e ainda mais importante, o poder político que essa disparidade gera”. (HARVEY, 2012, p.63)

Para Harvey:

Tudo isso tem que ser unido de maneira democrática em uma oposição coerente, que também deve contemplar livremente o que aparenta ser uma cidade alternativa, um sistema político alternativo, e por fim, uma forma alternativa de organizar a produção, a distribuição e o consumo para o benefício do povo. Do contrário, o futuro dos jovens, que se encaminha para uma crescente dívida privada e austeridade pública, mas também profunda em benefício do 1%, não pode ser considerado um futuro” (HARVEY, 2012, p. 62)

Entrementes, diante da atual crise estrutural do capitalismo financeiro que abalou a vida de milhões de pessoas em todo o planeta e, contribuiu para a eclosão dessas manifestações de rua, Harvey antevê uma possibilidade real para as classes excluídas da divisão da riqueza mundial, partirem para uma luta efetiva pelos seus usurpados direitos de cidadãos.

No momento em que o grande inimigo popular representado pelo “Partido de Wall Street” e pelo capital mundial internacional está enfraquecido, faz-se imperativo estabelecer-se um novo projeto de sociedade democrática, que contemple a sociedade como um todo, uma democracia real e não mais a democracia liberal, voltada para atender os interesses do capitalismo financeiro e especulativo.

Para Harvey:

De qual lado cada um de nós, como indivíduo, vai estar? Que rua vamos ocupar? Só o tempo dirá? Mas o que sabemos é que o tempo é agora. O sistema não está só quebrado e exposto, mas também é incapaz de qualquer outra resposta que não a repressão. Assim, nós, o povo, não temos opção além de lutar pelo direito coletivo de decidir como o sistema será reconstruído e com base em qual modelo. O Partido de Wall Street teve sua chance e fracassou miseravelmente. Construir uma alternativa em suas ruínas é tanto uma oportunidade inescapável quanto uma obrigação que nenhum de nós pode ou vai querer evitar” (HARVEY, 2012, p. 64)

Existe, portanto, uma oportunidade histórica para a ação transformadora da sociedade e das relações sociais e econômicas, que não pode ser desperdiçada. Um momento histórico caracterizado pela sociedade em redes sociais e informacionais que necessita de um projeto sério e renovador a fim de se estabelecer as mudanças estruturais necessárias.

Capítulo II: Análise das manifestações no Brasil

2.1: O transporte público no Brasil: a gênese dos protestos

2.2: Protestos que tomaram as ruas no Brasil e suas especificidades

2.1: O transporte público no Brasil: a gênese dos protestos

As manifestações de junho de 2013 no Brasil iniciaram-se com um protesto contra o aumento de passagens dos ônibus urbanos na cidade de São Paulo. Para podermos fazer uma análise coerente dos fatos ocorridos, julgo necessário uma breve alusão às condições históricas, econômicas, políticas e sociais referentes à instalação e desenvolvimento da indústria automobilística no Brasil, condições essas que lançaram as bases materiais e estruturais responsáveis pela ocorrência de manifestação de tamanha importância histórica e social.

O movimento iniciou-se após um aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos de reais) nos ônibus urbanos de São Paulo e foi organizado pelo MPL – Movimento Passe Livre – uma organização formada basicamente por jovens que lutavam contra as condições precárias do transporte público de massas e contra o preço abusivo das passagens.

Assim, a delicada questão da precariedade do transporte público no Brasil nos remonta ao início da fabricação de automóveis e caminhões no país, na década de 50 do século XX. A partir dos anos 20 do século XX, o Brasil passou a importar automóveis de forma rotineira, alterando substancialmente a vida e a própria forma de construção das cidades, ao substituir gradualmente as carroças e cavalos por automóveis, o que demandou a alteração da forma das ruas e avenidas. Em 1919 a *Ford Motors Company* iniciou a montagem dos modelos “T” em São Paulo, seguida pela *General Motors Company*, que em 1925 começou a montar seus *Chevrolet* “Cabeça de Cavalos”.

Com o advento da segunda guerra mundial, a montagem de automóveis no Brasil foi paralisada sendo retomada a partir de 1946. Durante esse período, a necessidade de reposição de peças fez surgir uma pequena indústria de autopeças no Brasil, fomentando a ideia da fabricação de automóveis brasileiros. Num momento em que as reservas cambiais se esgotavam e o balanço de pagamentos estava comprometido em virtude do excesso de importações, o Brasil era um país praticamente isolado em si mesmo por conta da ausência de vias e meios de transporte, o que mantinha isoladas e com dificuldades de comunicação as diversas regiões brasileiras.

Apesar da posição periférica do país em relação à divisão internacional do trabalho, que colocava o Brasil como fornecedor de matérias-primas aos países industrializados, em 31 de março de 1952 o presidente Getúlio Vargas criou a Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis dentro da já existente Comissão de Desenvolvimento Industrial – CDI – o que foi de extrema importância para o desenvolvimento da futura indústria automobilística nacional.

Com a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira em janeiro de 1956, a indústria automobilística nacional volta a ser destaque, uma vez que o desenvolvimento do setor de transportes fazia parte do “Plano de Metas”, plataforma política do candidato e agora Presidente da República. Em 16 de junho de 1956, sob supervisão do então ministro da Viação e Obras Públicas Lucio Meira, foi criado o GEIA – Grupo executivo da indústria automobilística – órgão que seria responsável efetivamente pela implantação do parque automobilístico nacional, que teve sua produção iniciada em 1957. Dos mais de vinte projetos recebidos inicialmente pelo GEIA, apenas dezessete foram aprovados e somente doze foram concretizados. Desses doze projetos apenas dois eram brasileiros e mesmo assim sob supervisão de empresas multinacionais.

Nesse contexto, a fabricação de caminhões, ônibus e automóveis no Brasil exigiu do governo federal a implementação da construção de uma malha rodoviária nacional, que era inexistente até então, para poder dar suporte ao imenso contingente de veículos automotores que passaram a fazer parte do cenário brasileiro.

O plano de crescimento acelerado do governo Juscelino Kubitschek, chamado de “50 anos em 5”, ou seja, fazer o país crescer econômica e socialmente no período de 5 anos de seu governo, o equivalente a 50 anos de história, fez com que o governo federal priorizasse a construção de rodovias em detrimento das ferrovias. Podemos supor que tal atitude teve por base dois pontos: primeiro que a construção de rodovias é extremamente rápida, podendo ser feito até 500 km de estradas num período de seis meses, enquanto que para construir a mesma distância de ferrovias são necessários três anos. Dentro de um projeto de crescimento acelerado como era o plano de JK, essa diferença de tempo seria fundamental para o perfeito funcionamento do mesmo.

O segundo ponto que devemos considerar tem a ver com o lobby das empreiteiras construtoras de estradas, e das fábricas de caminhões, ônibus e automóveis instaladas no Brasil, que ambicionavam ter um mercado interno de venda de seus produtos, voltado para o transporte de cargas e passageiros por via rodoviária.

Aliado a esses fatos, a crise do mercado do café que se arrastava desde os anos 1930, contribuiu para a falência de diversas empresas ferroviárias, que eram as grandes responsáveis pelo seu transporte, uma vez que as mesmas ficaram sem trabalho. Assim, a partir de 1957 com a estatização das ferrovias brasileiras e a criação da RFFSA- Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima – o transporte ferroviário passou a ser basicamente um transporte de cargas, deixando o transporte de passageiros quase que exclusivamente para as empresas de transporte rodoviário. Entre 1957 e 2012, não houve políticas governamentais efetivas que buscassem reverter esse quadro estrutural, o que criou um aumento gradativo do número de ônibus e caminhões nas estradas brasileiras e uma diminuição gradual das estradas de ferro e dos trens. Em 2012, os trens e metrô carregavam apenas 3% do total dos passageiros do país, apesar do fato de que uma única linha de metrô transporta até 60 mil passageiros por hora enquanto um corredor de ônibus leva apenas 6,7 mil passageiros por hora.

A negligência planejada da substituição dos trens pelos ônibus gerou um enorme mercado de transporte público (privado) urbano nas grandes e médias cidades brasileiras. Esse mercado altamente disputado pelos empresários do setor de transportes é responsável pela geração de um lucro exorbitante, extraído do salário da grande massa de trabalhadores urbanos brasileiros, que são obrigados a utilizarem o transporte urbano para ir trabalhar.

Entrementes, apesar de inúmeros projetos técnicos de utilização de transportes alternativos em relação aos atualmente existentes, a falta de decisões políticas acaba impedindo a modernização do setor de transportes, e promove a manutenção do precário, antiquado, poluidor e altamente lucrativo serviço de ônibus urbanos nas cidades brasileiras.

Esse mercado do transporte público no Brasil faz parte de uma rede de trocas de benefícios entre o setor político e o setor privado. Contando com subsídios financeiros de prefeituras municipais, as empresas de transporte, com raras exceções, operam frotas de ônibus velhos e ultrapassados, levando geralmente um número de passageiros muito além da capacidade dos veículos, gerando um lucro otimizado em troca do desconforto.

Por outro lado, estabeleceu-se ao longo do tempo uma prática clientelista nacional em que concessões de linhas de ônibus urbanos e sua manutenção na forma de aumento de passagens, ficavam atreladas a financiamentos de campanhas políticas por parte dos empresários do transporte público. Um negócio altamente lucrativo para ambas as partes principalmente quando políticos profissionais são os próprios donos das empresas de transporte. Esses esquemas presentes na maioria das grandes cidades brasileiras e que são seguidamente denunciados pelos meios de comunicação, constituem-se em verdadeiras “máfias”³ do transporte público, responsáveis pelo controle do sistema de mobilidade urbana no Brasil.

Além disso, os baixos salários pagos aos trabalhadores do setor, motoristas e cobradores (onde ainda não foram substituídos por catracas eletrônicas), e a insegurança causada por assaltos e jornadas exaustivas de trabalho são responsáveis por inumeráveis e seguidas greves que causam transtornos e prejuízos enormes à população. A fim de atender as reivindicações de reajustes salariais dos trabalhadores do setor, as empresas ao invés de arcarem com esse inexpressível ônus salarial em relação aos altos lucros por elas obtidos, pressionam os governos por aumentos das tarifas do já caro transporte público nacional.

No dia sete de junho de 2013, o Metrô de São Paulo anunciou que as manifestações do dia anterior deram um prejuízo de R\$ 73.000,00 (Setenta e três mil reais) em virtude dos “atos de vandalismo” com vidros quebrados nas estações Brigadeiro e Trianon-MASP. A resposta dada à população pelo Blog do coletivo Rizoma, formado por estudantes da Universidade de São Paulo, nos dá uma ideia da receita diária nos transportes públicos em São Paulo (2013, p. 35):

O Metrô de São Paulo atende em torno de 4 milhões de passageiros por dia.)

* Passagens (Ida e volta): R\$ 4,60

* Passageiros por dia: 4 milhões

Obs.: 40% são estudantes (3,20 por dia)/60% não estudantes (6,40 por dia)

Estudantes – 1.600.000 x 3,20 = R\$ 5.120.000,00

Não estudantes – 2.400.000 x 6,40 = R\$ 15.360.000

Total de ganho do metrô por dia:

* Por dia: R\$ 20.480.000

* Por hora: R\$ 1.024.000,00

* Por minuto: R\$ 17.066,67

Conclui-se que: em 4 minutos e 30 segundos o Metrô de São Paulo tem um ganho de R\$ 73.386,67.

³ A palavra “máfia” aqui utilizada, empregada pelos meios de comunicação no Brasil, constitui uma metáfora às máfias italianas e refere-se aos esquemas de controle de transporte público nas cidades.

Nesse contexto, a possibilidade de financiamento de campanhas políticas pelo capital privado permite a manutenção desse desastroso esquema que compromete o sistema viário das cidades brasileiras. Uma reforma política que contemplasse o financiamento público de campanhas em detrimento do financiamento privado, talvez fosse uma solução para corrigir essa distorção político-econômica que afeta a vida de milhões de brasileiros cotidianamente.

A criação de uma cultura fetichista do automóvel, em que esse bem material é considerado por muitos críticos como um transporte pessoal e altamente egoísta, assume uma proporção gigantesca no *status quo* e na mentalidade do cidadão brasileiro, aliada a uma ideologia individualizante burguesa de consumo que acabou estabelecendo a mal fadada prática nacional do “um carro, uma pessoa”, criou com o passar dos anos um aumento descontrolado do número de automóveis nas cidades. Somando esses automóveis particulares ao número de ônibus urbanos do transporte público, o resultado tem sido um aumento crescente dos congestionamentos urbanos e um aumento significativo do tempo perdido diariamente nos mesmos pelos cidadãos. Essa é uma das consequências de se atrelar o crescimento econômico à fabricação de automotores.

Uma parcela significativa do tempo de vida dos habitantes das cidades brasileiras é desperdiçada no trânsito atingindo todas as classes sociais, seja em carros de luxo ou no transporte coletivo. Para uma determinada parcela social, no entanto, as elites mais abastadas, esse problema tem sido resolvido por via aérea, sendo o Brasil hoje o detentor de uma das maiores frotas de helicópteros do mundo. Para Maricato, (2013, p.24) “...embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinge a todos -, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço em imobilidade.”

As políticas federais históricas de apoio às montadoras de automóveis no Brasil incluindo as recentes campanhas de redução de IPI (Imposto sobre produtos industrializados) para automóveis novos permitiu que uma significativa parcela da população tivesse possibilidade de adquirir seu primeiro automóvel zero quilômetro. Como o objetivo de sustentar uma lógica econômica baseada no consumo, essa política federal ampliou o problema da mobilidade urbana uma vez que as administrações municipais não cumpriram seus papéis na adequação das cidades ao expressivo aumento do número de automotores verificado nos últimos anos no Brasil.

Conforme Maricato:

A desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades. Em 2001, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras era de 11,5 milhões; em 2011, subiu para 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nessas mesmas cidades, o número de motos passou de 4,5 milhões para 18,3 milhões. Os congestionamentos de tráfego em São Paulo, onde circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros das vias. A velocidade média dos automóveis em São Paulo, medida entre às 17h e 20 h em junho de 2012, foi de 7,6 km/h, ou seja, quase igual a da caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade média sobe para 20,6 km/h – ou seja, a mesma de uma bicicleta. (MARICATO, 2013, p. 25)

Além dos supercongestionamentos das cidades brasileiras, existem transtornos generalizados de infraestrutura viária para quem se utiliza de transportes coletivos. Afora o custo das passagens, faltam estações de distribuição e terminais em condições de absorver o fluxo de ônibus; as paradas quando existem, carecem de manutenção, normalmente estão deterioradas e destruídas por ação de vândalos e não possuem assentos de espera. Ao não darem conta de aspectos estruturais do sistema viário, as empresas privadas responsáveis por ele criam condições subumanas de vida aos usuários do transporte coletivo que diariamente dependem de ônibus e metrô superlotados onde os passageiros precisam disputar lugar com verdadeiras multidões, gerando violências físicas e até mesmo sexuais, conforme noticiado cotidianamente pelas televisões brasileiras. A cidade do Rio de Janeiro obrigou-se a criar vagões exclusivos para mulheres (nem sempre respeitados pelo homens) na tentativa de coibir a ação dos grupos de “encoxadores”, homens que se aproveitam dos ônibus lotados para abusar das mulheres, além de estupradores que chegam às vias de fato.

Afora a imobilidade dos cidadãos em congestionamentos, o que causa perda de tempo do trabalho produtivo em razão do tempo parado no trânsito, o aumento desregrado do número de automóveis nas cidades aumenta a poluição do ar, o stress, o número de doenças cardiorrespiratórias, acidentes de trânsito e crimes de trânsito, dentre outros problemas, o que representará ao final das contas, um enorme gasto de dinheiro público no saneamento das consequências dos problemas materiais e humanos gerados por essa situação.

Conforme Peschanski:

A contaminação do ar ocasiona doenças respiratórias e, conseqüentemente, gastos médicos, para o cidadão e o Estado. Na medida em que tais doenças respiratórias incapacitam os membros de uma sociedade, levam também a uma possível

desaceleração econômica – trabalhadores cansados e sem saúde não produzem no mesmo nível que trabalhadores saudáveis. Há outros gastos somados ao uso do automóvel em massa, como a manutenção de uma rede de fiscais de trânsito, necessária para organizar cidades com tráfego intenso, custos de internação hospitalar em casos de acidentes de trânsito – a segunda causa de internação em hospitais públicos, só superadas pelas relacionadas a doenças respiratórias – e o tempo (produtivo) perdido em engarrafamentos. Quem paga a conta pelo trânsito travado são, de novo, o cidadão e o Estado. (PESCHANSKI, 2013, p. 61)

Portanto, em face dessa situação social criada pelas políticas econômicas nesses últimos cem anos, podemos verificar uma situação estrutural extremamente complexa no que se refere à mobilidade urbana das cidades brasileiras. Tendo em vista essa imensa rede racional de trocas mercantis, onde a matéria prima é o próprio trabalhador e o produto final são os lucros imensos dos empresários dos transportes coletivos, pode-se perceber o quanto é dificultosa a busca de soluções inteligentes e adequadas para os problemas viários e de transportes públicos urbanos no Brasil. Em consequência, em virtude desse emaranhado de relações políticas e econômicas construídas no setor de transportes urbanos, e de suas redes de interesses a serem defendidas pelos detentores das empresas de transportes e os detentores do poder político, aliadas à lógica de mercado em que a fabricação de automóveis constitui-se numa das bases da economia nacional, podemos dizer que o Brasil entrou numa espécie de “beco sem saída”.

2.2 Protestos que tomaram as ruas no Brasil e suas especificidades

A partir de 2008, quando se inicia a mais recente crise do capitalismo mundial, diversos países do mundo passaram pela experiência das manifestações populares de rua. Partindo de diferentes princípios contestatórios, dependendo do país onde ocorreram, todas essas manifestações exprimiram a insatisfação popular com a situação social e econômica criada pelos governos capitalistas desses países.

No Brasil, essas manifestações iniciaram-se em junho de 2013 e tiveram como alvo inicial o aumento das passagens urbanas e a péssima situação dos transportes públicos na cidade de São Paulo. Com o desenrolar dos acontecimentos, foram sendo incorporadas inúmeras outras reivindicações pelos participantes das manifestações. Porém, é fundamental lembrar que foi a imobilidade física das pessoas, sua sensação de impotência

perante o descumprimento do seu direito de “ir e vir” por parte do próprio Estado que mantém esse inoperante sistema de transporte público, a causa da explosão de insatisfação popular externalizada na forma das manifestações de rua.

Assim, a lógica intrínseca do pensamento neoliberal que se baseia na desregulamentação das instituições, da economia, do Estado e do próprio trabalho, criou uma nova categoria de trabalhadores chamada por muitos autores de precariado. O conceito de precariado tem suscitado controvérsias entre os sociólogos, na tentativa de defini-lo dentro de um contexto histórico e social, alguns o definem como uma nova classe social enquanto outros o entendem como apenas um segmento de uma classe preexistente.

Para Guy Standing (2013), o *precariado* constitui uma nova e perigosa classe social, constituída por um número cada vez maior de trabalhadores em precárias condições de trabalho e de vida, não possuem uma identidade profissional estabilizada, trocam regularmente de empregos em virtude da grande rotatividade planejada dos postos de trabalho, e não possuem garantias regulamentadas de proteção social e trabalhista. Essa nova classe de trabalhadores em precárias e inseguras condições de vida e trabalho, tornam-se pessoas sem voz social e, portanto, passíveis de serem cooptadas por quaisquer partidos extremistas dentro da sociedade civil, políticos populistas e mensagens neofascistas, uma vez que estão fragilizados e frustrados nos seus projetos de vida. Por esse motivo é que se tornam pessoas “perigosas” para uma sociedade justa e democrática.

Ruy Braga (2012) por outro lado, considera que o precariado, estando inserido dentro das relações sociais e salariais do modo de produção capitalista, deve ser entendido como uma prolongação da classe social do proletariado em condições de precariedade. Nesse sentido, o precariado não se constitui numa nova classe social como afirma Guy Standing, e sim um novo contexto atualizado e histórico do proletariado, dentro do processo neoliberal.

Entretanto, para este trabalho, utilizo o conceito de precariado do sociólogo Giovanni Alves, no qual o precariado constitui-se de uma determinada camada do proletariado urbano médio formada por jovens-adultos com boa base de escolaridade, porém ocupando espaços precários no mercado de trabalho e nas relações sociais. Ao observarmos os quadros das pesquisas realizadas durante as manifestações de junho de 2013 no Brasil, podemos perceber

a forte presença do precariado brasileiro além de uma parcela significativa da classe média tradicional.

Conforme Singer:

Houve dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho. O primeiro identificou neles uma extração predominante da classe média, enquanto o segundo tendeu a enxergar uma forte presença do precariado: “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entra e saem rapidamente do mercado de trabalho”. Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar um novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003/2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. (SINGER, 2013, p. 27)

Logo, baseando-nos nestes números, podemos dizer que o movimento foi predominantemente jovem, tendo uma participação significativa das pessoas consideradas na idade intermediária, bem como de uma pequena parcela de participantes mais velhos, acima de 36 anos. Segue nas próximas páginas três tabelas com os dados sobre as manifestações, com respectivas análises breves. A primeira diz respeito à faixa etária dos manifestantes. A segunda nos mostra o grau de escolaridade dos mesmos, e a terceira a renda familiar mensal.

QUADRO I
Idade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais jovens	53% (12 a 25)	51% (12 a 25)	41% (15 a 24)	43% (14 a 24)	55% (Até 25)
Idade intermediária	35% (26 a 35)	31% (26 a 35)	39% (25 a 34)	38% (25 a 39)	29% (26 a 39)
Mais velhos	12% (acima de 36)	19% (acima de 36)	20% (acima de 35)	19% (acima de 40)	17% (Acima de 40)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: São Paulo: Datafolha. Rio de Janeiro: Plus Marketing. Oito capitais: Ibope. Belo Horizonte: Innovare

Analisando-se a faixa etária dos manifestantes nas passeatas de junho nos números utilizados por André Singer na obra acima citada, percebemos a forte presença dos que são considerados jovens e jovens adultos, entre 12 e 35 anos, que somados perfazem um total de aproximadamente 80% do total dos participantes nas capitais pesquisadas. A presença dos mais velhos, acima de 36 anos, ficou em torno de 20% do total dos participantes nas capitais pesquisadas, demonstrando o caráter jovem das manifestações de junho.

Em relação ao quadro de escolaridade apresentado, podemos observar uma predominância de manifestantes com nível superior em São Paulo e Belo horizonte, em torno de 77%, bem como o de uma maioria de participantes com nível médio de escolaridade no Rio de Janeiro e demais capitais pesquisadas, em torno de 50,5%.

QUADRO 2
Escolaridade dos manifestantes

Faixas	São Paulo 17/06	São Paulo 20/06	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	1% (Fund.)	2% (Fund.)	14% (Fund.)	8% (Médio incomp.)	4% (Fund.)
Intermediária	22% (Médio)	20% (Médio)	52% (Médio comp./ Sup. inc.)	49% (Médio comp./ Sup. inc.)	31% (Médio)
Alta	77% (Sup.)	78% (Sup.)	34% (Sup. comp.)	43% (Sup. comp.)	66% (Sup.)
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: São Paulo: Datafolha. Rio de Janeiro: Plus Marketing. Oito capitais: Ibope. Belo Horizonte: Innovare

Assim, podemos dizer que os participantes das manifestações em São Paulo e Belo Horizonte pertenciam em sua maioria à elite escolarizada do país, enquanto no Rio de Janeiro e demais capitais eles pertenciam à classe média. Tratando-se do nível de escolaridade e não da definição de classes sociais, podemos dizer que as camadas mais baixas não participaram das manifestações, uma vez que os participantes de níveis fundamental e médio incompleto não ultrapassaram 14% (no Rio de Janeiro) e ficaram em torno de 3,7% nas demais cidades pesquisadas. Isso demonstra que no Rio de Janeiro as passeatas tiveram um caráter mais popular enquanto nas demais cidades tiveram um caráter de classe média tradicional.

Sobre isso, Singer afirma:

Tais jovens e jovens adultos possuíam alta escolaridade, conforme se pode ver no quadro 2. A fração dos que tinham apenas passagem (completa ou incompleta) pelo ensino fundamental foi residual em São Paulo, tanto no dia 17 (1%) quanto no dia 20 (2%), e em Belo Horizonte na tarde do dia 22 (4%). Embora substancialmente maior no Rio de Janeiro no dia 20 de junho (14%), indicando que a passeata carioca pode ter tido um caráter mais popular, esteve longe de ser cifra dominante. Infelizmente não dispus do mesmo dado para as oito capitais, mas a pequena proporção dos que só chegaram ao ensino médio sem concluí-lo (8%) confirma a mínima parcela de baixa escolaridade, denotando a virtual ausência da base da pirâmide social brasileira nas manifestações” (SINGER, 2013, p. 28)

Nesse cenário, a configuração global das passeatas de junho apresentando uma predominância de manifestantes possuindo alto nível de escolaridade, talvez possa ser explicada pelas políticas de inclusão social adotadas pelo governo do PT (Partido dos Trabalhadores) a partir de 2004.

Paralelamente, surge o Programa Universidade para todos (Prouni) criado pelo Ministro da educação Tarso Genro em 2004, que tem como finalidade conceder bolsas de estudos parciais ou integrais em instituições privadas de ensino superior, para alunos de baixa renda oriundos do ensino público e egressos no ensino superior via vestibular ou Enem (Exame nacional do ensino médio). Além do ingresso nas instituições superiores de ensino, o Prouni possui um sistema de financiamentos para a permanência dos alunos nos cursos, representados pela Bolsa Permanência e pelo FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, bem como um programa de convênios de estágios. As instituições privadas que aderem ao Prouni recebem em contrapartida, isenções de tributos fiscais por parte do governo federal. Esses programas educacionais somados ao Sistema de Seleção Unificada – SISU, ao Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a Universidade Aberta do Brasil- UAB, que tem a missão de levar o ensino superior a distância para o interior do País, a expansão da rede federal de ensino superior, e a expansão da rede privada de ensino superior, têm contribuído para um aumento significativo do número de estudantes e graduados no ensino superior brasileiro nas últimas décadas.

Logo, o aumento da inclusão social no ensino superior brasileiro por estudantes de baixa renda em virtude da implementação dos programas governamentais acima citados, talvez possa ser um indicativo do fato de que os participantes das manifestações de junho, são jovens, com alta formação tecnológica, e baixa renda financeira conforme as tabelas aqui dispostas.

Conforme a concepção teórica de Giovanni Alves a respeito do precariado, jovens com alto nível de escolaridade e ocupando empregos mal remunerados, podemos perceber que as passeatas de junho tiveram uma participação bastante significativa desse setor. Ao analisarmos as pesquisas sobre a renda dos participantes das passeatas, percebemos que a faixa de renda “mais baixa” foi bastante significativa, 34% no Rio de Janeiro, 15% nas oito

capitais e 20% em Belo Horizonte, e a faixa “intermediária1” somada a “intermediária2”, de 2 a 10 salários mínimos, formaram a imensa maioria dos manifestantes. Num primeiro momento podemos ter a impressão de que se trata de um movimento social de classe média em virtude da alta escolaridade dos manifestantes, porém, tendo em vista o conceito utilizado sobre o precariado, podemos dizer que se trata da participação massiva desse novo proletariado urbano, nos movimentos sociais. A impressão inicial de se tratar de movimento de classe média em função da alta escolaridade cai por terra quando comparada ao baixo nível de renda dos manifestantes, o que os coloca nas camadas da base da pirâmide social brasileira.

Conforme Singer:

Isso nos leva a seguinte equação. Enquanto ao olhar por escolaridade vimos uma acentuada presença do topo da escala social, remetendo para a classe média tradicional, do ângulo da renda e da ocupação que se pode deduzir dela, as pesquisas apontam uma incidência expressiva da metade inferior da pirâmide nas manifestações. Seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas. Se considerarmos que a maioria dos manifestantes era jovem, tendo entrado recentemente no emprego - significativamente o Ibope mostrou que 76% dos manifestantes estava no mercado de trabalho nas oito capitais, a Innovare encontrou proporção parecida em Belo Horizonte (71%) e a Plus Marketing (70%) no Rio de Janeiro -, a hipótese torna-se plausível.” (SINGER, 2013, p. 31)

A tabela a seguir demonstra a diferença em relação a escolaridade e a renda dos participantes das manifestações:

QUADRO 3
Renda familiar mensal dos manifestantes

Faixas	Rio de Janeiro 20/06	Oito capitais 20/06	Belo Horizonte 22/06
Mais baixa	34% (até 1 SM)	15% (até 2 SM)	20% (até 2 SM)
Intermediária 1	54% (de 2 a 5 SM)	30% (de 2 a 5 SM)	36% (de 2 a 5 SM)
Intermediária 2	1% (de 6 a 10 SM)	26% (de 5 a 10 SM)	24% (de 5 a 10 SM)
Alta	10% (mais de 11 SM)	23% (mais de 10 SM)	21% (mais de 10 SM)
Total	100%	100%*	100%

Fonte: Para Rio de Janeiro, Plus Marketing. Para oito capitais, Ibope. Para Belo Horizonte, Innovare.

* 6% não responderam.

De toda forma, o que poderia causar a impressão de ser um protesto da classe média, nesse contexto na realidade percebe-se a grande participação da classe salarial intermediária que recebe até cinco salários mínimos. A participação da classe que recebe de 6 a 10 salários mínimos é incipiente, o que corrobora com a ideia de não se tratar de um movimento específico da classe média

As manifestações, revoltas e rebeliões que tomaram as ruas das principais cidades brasileiras em junho de 2013, partiram de motivos ideológicos muito próximos das manifestações mundiais de 2011, apesar de certas particularidades que aqui ocorreram. Iniciadas em seis de junho com uma passeata na cidade de São Paulo, que reuniu

aproximadamente 2000 pessoas, combatiam o aumento das passagens de ônibus urbano por intermédio do MPL (Movimento Passe Livre).

A essa manifestação inicial, seguiu-se um movimento nacional que tomou proporções gigantescas que há muito não se via no país, desde as diretas já de 1985 e o movimento Fora Collor de 1992. Organizado e difundido pelas redes sociais, o movimento tornou-se diário até 17 de junho quando se reuniram em São Paulo cerca de 100 mil pessoas além de milhares de manifestantes em diversas capitais brasileiras.

Conforme Renato Janine, no prefácio da obra “As ruas e a democracia” histórico das manifestações pós ditadura:

Nestas décadas, quatro anos ficaram para a história: 1984, as manifestações por eleições diretas, que levaram ao fim da ditadura; 1994, a vitória sobre a inflação, com o plano Real, implantado por Itamar Franco e continuado por Fernando Henrique Cardoso; 2003, a posse de Lula, com a firme decisão de acabar com a miséria e promover a inclusão social; e 2013, ano tão inesperado e rico, para a compreensão do qual muito contribui o livro que Marco Aurélio Nogueira me convida a prefaciar.” (JANINE, 2013, p. 15)

Para o autor, o auge das manifestações deu-se no dia 20 de junho quando 22 capitais e cerca de 400 cidades do interior fizeram levantes e protestos pelos mais variados motivos, o que impulsionou outros setores da sociedade a se manifestar em todo o país por motivos diversos, desde movimento de caminhoneiros até a tentativa de uma greve geral.

Deste modo, o Movimento Passe Livre, que iniciou toda essa movimentação, retirou-se estrategicamente das passeatas em 20 de junho ao perceber que os objetivos iniciais relacionados ao aumento das passagens (que já tinha sido conquistado) foram diluídos pelo processo massificador das manifestações que a essa altura havia se disseminado em incontáveis e incontroláveis ideologias, que iam dos grupos de extrema esquerda aos neonazistas, e estavam impedindo a participação dos partidos políticos.

Segundo Antunes (2013, p. 38-39), as manifestações de junho no Brasil tiveram três causas imediatas: o descrédito generalizado no sistema neoliberal; os gastos exorbitantes com as obras da copa das confederações e copa do mundo de futebol 2013/2014; e a influência do

cenário internacional das manifestações populares iniciados na Tunísia e conhecidas como “Primavera Árabe”.

Nesse contexto, a política voltada para o desenvolvimentismo em que se prioriza o setor do capitalismo financeiro internacional, característicos do neoliberalismo iniciado por Collor, continuou apostando na desregulamentação e valorização do capital. A forma como essa política neoliberal sistematicamente abandonou e em muitos casos cedeu ao setor privado a exploração de setores fundamentais como o transporte público, a saúde, a educação pública e a própria segurança, levaram a uma descrença da sociedade civil em relação a esse estado político criando um sentimento de repúdio que foi externalizado nas manifestações de junho. Concomitantemente a essa crise no sentimento político da população, aconteceu em junho de 2013 a Copa das Confederações da FIFA em diversas capitais brasileiras, evento este que faz parte do calendário da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Paralelamente, a FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado), entidade que organiza e controla o futebol mundial e congrega 204 países (mais que a ONU), estabelece para os países sedes dos mundiais de futebol regras para construção de estádios, estacionamentos, acessos, infraestrutura e até mesmo de comportamento pessoal dos torcedores. O custo financeiro para responder a essas exigências é enorme, demandando aplicação de bilhões de reais em obras de construções e reformas.

O custo social, no entanto, é incomensuravelmente maior do que o financeiro. Um caso emblemático ocorreu no Rio de Janeiro quando o governo estadual resolver demolir a aldeia Maracanã situada no Museu do Índio, para a construção de estacionamentos que servirão aos jogos, uma vez que estão próximos ao estádio do Maracanã. Em protesto contra esse ato, ativistas e indígenas acamparam na área que foi violentamente desocupada pela polícia militar, efetuando inúmeras prisões.

Em São Paulo a construção do “Itaquerão”, estádio destinado aos jogos da Copa, removeu cerca de 300 famílias de favelas próximas, numa clara tentativa de embelezar o entorno do estádio para atender aos padrões da FIFA. Pessoas moradoras dessas favelas denunciaram a pressão sofrida para desocupar o local, exercida pelas construtoras autorizadas pelo governo para as obras do estádio. Além dessas remoções forçadas de pessoas, a exploração comercial nos estádios ficou restrita a empresários estruturados para atender os

“padrões FIFA” acabando com os ambulantes e pequenos comerciantes que tradicional e culturalmente ocupavam os estádios e entorno desses em dias de jogos.

Conforme Antunes (2013, p. 38),

Os que construíram o país nestas últimas duas décadas ficaram excluídos. Até mesmo do entorno do estádio, já que o comércio oficial da Copa expulsou a população que poderia explorá-lo, os camelôs, os “bicos”, aquele pequeno comércio que, para muitas pessoas, é a sobrevivência, a fim de se colocar somente aquilo que a FIFA impunha. A população percebeu que há uma simbiose complexa entre FIFA, interesses transnacionais e governo. E os setores sociais mais afetados com tal processo, são as camadas populares, excluídas dos jogos e percebendo que os recursos que faltam no transporte público, na saúde e educação, sobre para os estádios de futebol padrão FIFA.” Isso fez com que houvesse, a cada jogo, uma ou muitas manifestações, com muita conflagração, onde a população mostrava seu completo descontentamento.

Em Natal/RN, por exemplo, aconteceu um caso de preconceito contra outros esportes (sem entrar na polêmica de o automobilismo ser ou não um esporte). A Secretaria especial de assuntos da Copa 2014 (SECOPA), inicialmente solicitou e posteriormente exigiu a desocupação do espaço onde se situava o kartódromo da cidade, para a construção de uma parte dos estacionamentos do estádio Arena das Dunas, sede da Copa do mundo de 2014. Esse kartódromo, que funcionava desde a década de 1990, recebeu diversas competições a nível local e regional há 20 anos, além de servir para a formação inicial de pilotos do estado.

Em terceiro lugar, temos as manifestações mundiais contra o capitalismo iniciadas na Tunísia e repetidas em vários lugares conforme anteriormente citadas. Essas manifestações aconteceram em um momento de descrença e esgotamento da simbiose estabelecida entre os governos desses países com o sistema econômico neoliberal, não importando o grau de democracia ou de ditadura em que essas diferentes sociedades se encontravam.

Essa influência internacional dos protestos por democracia e diminuição das desigualdades, demonstrando a compreensão popular na falência das instituições neoliberais (governos e empresas privadas), e utilizando a ocupação dos espaços públicos como forma de protesto ao capital privado, chegou ao Brasil apesar do atraso em relação aos outros países, levando milhares de pessoas às ruas e disseminando via redes sociais o discutível jargão: “O gigante acordou”.

Para Antunes (2013, p.39):

Desde 2008 vemos que todas as manifestações de massa- Começando na Tunísia e indo à praça Tahir (no Egito), à praça Taksim (Turquia), voltando a Tahir, passando pela Grécia, Itália, Portugal, França, Reino Unido, EUA, com o Occupy Wall Street e Espanha, como os indignados, pra não falar dos jovens do Chile, camponeses da Colômbia, etc. – que têm como traço comum a ocupação do espaço público, das ruas e praças. Tal ocupação significa que a população não suporta mais a atual forma degradada de institucionalidade, seja no caso dos países do Oriente Médio com suas ditaduras, seja no caso dos países do ocidente com seu modelo de democracia burguesa só para os ricos. Há também um fosso muito grande entre a vontade popular e os interesses do parlamento. No caso brasileiro, por exemplo, o congresso nacional é a instituição mais rejeitada pelo país hoje.

As grandes transformações sociais e políticas ocorridas a partir da segunda metade do século XX, com a globalização e a chegada da internet, influenciaram consideravelmente as relações entre os indivíduos, os hábitos dos atores sociais e as formas de participação política. Quanto à globalização, sabe-se que o seu avanço no mundo neoliberal tornou-se uma característica dos dias atuais. É quase impossível ficar fora de suas influências e de suas imposições. Muito se discute sobre até que ponto a globalização afeta as culturas em geral transformando aspectos culturais, locais e históricos em uma cultura geral que atenda a uma economia globalizada. A suposta diluição das fronteiras geográficas nacionais em uma economia global contribuiria como uma estratégia para a homogeneização das culturas e surgimento de uma forma de agir global.

Inseridos nesse contexto de velocidade de informação e de fronteiras “virtuais” cada vez mais transponíveis, pode-se tomar conhecimento de qualquer notícia em tempo quase real. No tocante à política, temos inúmeros exemplos, tais como as mortes de Sadam Hussein e Muammar Abu Minyar al-Gaddafi, dentre outros acontecimentos relevantes que nos últimos anos foram transmitidos praticamente em tempo real para o mundo todo.

Em entrevista para o jornal folha de São Paulo de 24/06/2013, o senador Lindbergh Farias citou o potencial agilizador das redes sociais de internet nas manifestações de junho no Brasil, comparando com o tempo de gasto na mobilização e organização do movimento “Fora Collor” de 1992:

Folha/UOL - Qual é a diferença entre as manifestações de rua atuais e as que o Brasil presenciou em 92, durante o movimento Fora Collor?

Lindbergh Farias - São muitas. Vamos começar pela forma de convocar. Naquela época, a gente gastava 15 dias para organizar uma passeata. A UNE [União Nacional dos Estudantes] tinha que chamar uma reunião dos DCEs [Diretórios Centrais de Estudantes] e grêmios. Organizava visitas a escolas, passagem em sala de aula... Agora, não. Há as redes sociais. Eu acho que essa é uma diferença muito importante para entender esse processo.

Há outra diferença fundamental com 92: o fato de não existirem líderes. Isso é melhor ou pior?

Antigamente, para ter uma passeata, você precisava de uma direção. Uma UNE, um partido, um sindicato. Agora, esse movimento começou pelas redes sociais. Marcaram e a coisa foi crescendo. Isso é como se o movimento dissesse o seguinte: 'Eu não preciso de direção para marcar, para convocar'. É uma coisa mais horizontal. Acho que isso também é positivo.

As redes sociais, nos últimos anos, convocaram várias manifestações, mas sem sucesso. Por que desta vez funcionou?

Porque tinha um sentimento. Primeiro, a bandeira muito popular: transporte público nas regiões metropolitanas. Estamos falando de um caos. As pessoas estão ficando, no Rio de Janeiro e em São Paulo, três, quatro horas por dia presas no transporte público de má qualidade, com passagem cara. Acertaram na bandeira. E também há um certo clima com esses eventos, como Copa das Confederações... No Rio de Janeiro, as pessoas dizem: 'Gastam R\$ 1 bilhão no Maracanã, mas a minha a vida aqui...' Há um sentimento de que o dinheiro é gasto para os turistas e não para as pessoas. Houve uma percepção do povo de que é um desperdício.

Raul Zibechi entende que de forma geral, as análises sobre as manifestações de rua no Brasil, têm seguido a lógica de que as mesmas são reflexos do aumento do preço das passagens de ônibus, e de que o papel das redes sociais tem sido sobrevalorizado nesse processo. Para Zibechi, no entanto, apesar de concordar com essa ideia, foram os megaeventos esportivos trazidos ao país na era Lula, com seus gastos exorbitantes num contexto onde já havia uma insatisfação da população com as graves deficiências estruturais e materiais, mantenedoras de uma sobrevivência da desigualdade social e econômica, as grandes responsáveis pela mobilização popular.

As bases ideológicas de autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo (sem antipartidarismo) lançadas pelo MPL (Movimento Passe Livre), definiram uma nova forma de fazer políticas sociais, que demonstrou ser eficaz principalmente no movimento acontecido em Florianópolis/SC. que em 2004 conseguiu algo impensável: derrubar o aumento do preço das passagens de ônibus municipais. Em face da “vitória” desse movimento, outros movimentos sociais buscaram seguir essas premissas criando uma forma de lutas políticas no Brasil, que levaram aos movimentos de rua de 2013.

Conforme Zibechi:

Las formas de acción trascendieron las fronteras del movimiento y fueron asumidas por otros grupos y movimientos que estaban haciendo un proceso similar. Duques reflexiona que “La formación del MPL forjó una cultura de acción política que se desarrolló más allá de su propia lucha”, porque su experiencia organizativa influyó a militantes involucrados en outro tipo de acciones no vinculadas al transporte público” (ZIBECHI, 2013, p. 23)

Uma característica desses novos movimentos sociais, em especial o MPL, é a forma de convivência comunitária de seus membros quando em atividades do grupo, e até mesmo em suas vidas particulares. A proximidade e cotidianidade de suas ações, cria vínculos muito fortes entre os membros, que são expressados nas suas formas de luta e na firmeza de propósitos demonstradas nas manifestações.

Ainda conforme Zibechi:

Em estos colectivos surgen intensos lazos de confianza y de hermanamiento, a tal punto que algunos grupos pueden ser considerados como comunidades de vida. Es común que varios de sus integrantes compartan la misma vivienda o vivan en el mismo barrio y coincidan en los mismos espacios y tiempos de ocio; de modo que la cercanía es, además de un potente factor de cohesión, un modo de diluir las distancias entre amistad e militancia, creándose un clima de fraternidade que suele ser reafirmado en los encuentros-convivencia a nivel regional o federal” (ZIBECHI, 2013, p. 22)

A proximidade que essa convivência estabelece entre os membros do movimento, é fundamental na estruturação de uma ética de comportamento coerente, em que o discurso deve necessariamente estar em acordo com as ações do grupo. Ao longo da história do Movimento Passe Livre essa coerência esteve sempre clara e presente, sendo emblemática a participação de dois de seus membros no programa Roda Viva da televisão Cultura em 17 de junho de 2013. Nesse programa, ao serem questionados pelos diversos entrevistadores presentes sobre os rumos do movimento, ambos os ativistas mantiveram firmes o propósito básico do movimento que era baixar o preço da passagem.

Zibechi, portanto, estabelece sua análise sobre os movimentos sociais no Brasil, baseando-se no surgimento de uma nova forma de luta social iniciada pelo Movimento Passe Livre, e que foge dos movimentos políticos tradicionais representados pelos sindicatos e partidos políticos. Esses movimentos pressupõem uma forma horizontal de hierarquia em contraste com as formas verticais tradicionais, tem no consenso dos participantes a sua base

de decisões e não admite as formas de liderança historicamente estabelecidas em organizações políticas.

Ricardo Antunes (2013) identifica três elementos principais nas manifestações multitudinais de junho de 2013 no Brasil. O primeiro elemento seria a desconfortável situação social e econômica em que se encontra o montante da população brasileira neste período neoliberal. O processo iniciado por Fernando Collor de Melo, levado a amplitude por Fernando Henrique Cardoso e, segundo Antunes, alterado mas não abandonado por Lula e Dilma, chegou ao seu momento de exaustão.

Esses governos, em concordância com o modelo neoliberal internacional, basearam suas políticas econômicas num sistema financeirizado especulativo que, detendo a ideologia do estado mínimo na economia, privatizou empresas estatais e desregulamentou o trabalho de forma a beneficiar o grande capital. A crescente exploração da população pelos serviços precários e de baixa qualidade oferecidos pelas empresas privadas que se estabeleceram em setores estratégicos como comunicações, educação, saúde, entre outros, chegou a um ponto em que a aceitação cômoda da população se exauriu.

Conforme Antunes:

O primeiro é uma causalidade interna, motivada pela percepção de que o projeto que vem se desenvolvendo no Brasil desde a década de 90 (Com FHC, depois levemente alterado, mas não substantivamente, pelos governos Lula e Dilma), voltado ao desenvolvimento capitalista financeirizado e mundializado, sedimentado em privatizações, superávit primário e desregulamentação dos capitais, portanto, tendo os interesses do grande capital como prioritário, vem causando profundo mal estar social. E podemos dizer que tal processo de desenvolvimento chegou próximo a sua exaustão. A população não suporta mais o transporte privatizado, a saúde precarizada, degradada (e também privatizada em grande parte), o ensino público profundamente degradado e abandonado. A população, portanto, parece que está chegando ao seu ponto de saturação e esgotamento, causado por essa mercadorização da res pública, tipicamente neoliberal.” (ANTUNES, 2013, p. 38)

O segundo elemento surgiu da coincidência do evento da Copa das Confederações no Brasil. A construção de megaestádios de futebol, obedecendo ao padrão FIFA de gestão, deixou claro a questão da abundância de dinheiro nos cofres públicos brasileiros, enquanto populações inteiras eram desalojadas nas áreas confluentes aos estádios. Como mostra Antunes (2013) a plateia nos jogos da Copa das confederações era basicamente formada por brancos de classe média e alta, enquanto que a massa dos “verdadeiros” torcedores estava impossibilitada economicamente de assistir aos jogos.

Os que construíram o país nestas últimas duas décadas ficaram excluídos. Até mesmo do entorno do estádio, já que o comércio oficial da Copa expulsou a população que poderia explorá-lo, os camelos, os ‘bicos’, aquele pequeno comércio que, para muitas pessoas, é a sobrevivência, a fim de se colocar somente aquilo que a FIFA impunha. A população percebeu que há uma simbiose complexa entre FIFA, interesses transnacionais e governo.” (ANTUNES, 2013, p. 38)

O terceiro elemento constitutivo das manifestações, segundo Antunes, é a ocupação dos espaços públicos que foram privatizados, não apenas no caso brasileiro, mas sim, no âmbito do capitalismo financeiro internacional. A ocupação de ruas, praças e parques em todos os países onde houve manifestações, possui em comum dois aspectos relevantes para as revoltas populares em questão: a institucionalização de uma forma de vida baseada na exclusão social de uma maioria, por uma pequena elite econômica, e a associação de governos ao capital privado, onde os parlamentos acabaram por se constituir em entidades que não respondem aos anseios populares.

Para Antunes:

Tal ocupação significa que a população não suporta mais a atual forma degradada de institucionalidade, seja no caso dos países do Oriente Médio com suas ditaduras, seja no caso dos países do Ocidente com seu modelo de “democracia burguesa” só para os ricos. Há também um fosso muito grande entre a vontade popular e os interesses do parlamento. No caso brasileiro, por exemplo, o Congresso Nacional certamente é a instituição mais rejeitada pelo país hoje.” (ANTUNES, 2013, p. 39)

O conjunto desses elementos constitutivos da crise acabou encontrando um momento histórico propício para a sua deflagração estabelecido pelas manifestações do MPL. A ocorrência dos megaeventos esportivos no país aliado a uma crise internacional do sistema econômico capitalista forneceu o terreno para a eclosão dessas revoltas no Brasil.

Conforme Antunes, portanto, as manifestações no Brasil foram frutos, em primeiro lugar, do “fim de um longo processo de letargia” dos movimentos sociais, da influência dos movimentos internacionais causadas pela crise global do capitalismo, e de uma insatisfação generalizada pela instituição “governo” em todos os níveis, federal, estadual e municipal.

Sendo assim, de fato podemos afirmar que o fim da longa letargia em que estávamos inseridos, representa um momento de otimismo e de possibilidade de uma mudança substancial no modo de vida a que estamos atrelados. A juventude que participou das passeatas nunca tinha visto um movimento de tão grandes proporções, uma vez que nascidos em sua maioria após as “Diretas já” e o movimento “Fora Collor”. Apesar de terem sido

socializados pela lógica perversa e individualista neoliberal do “Self Made Man” e do “cada um por si”, tiveram agora a possibilidade de vislumbrarem uma nova sociedade, mais humana e fraterna.

Capítulo III: A sociedade *on-line*

3.1: O canal *Facebook*

3.2: O fenômeno *Wikileaks*, e a primavera árabe

3.3: O mundo das relações digitais

A sociedade *on-line*

Num momento histórico em que a situação atual das democracias no mundo globalizado neoliberal parece estar em crise de identidade (BOBBIO, 1996), as redes sociais *on-line* acabaram oferecendo um espaço midiático alternativo para a disseminação de ideias e de trocas de opiniões políticas, apesar dos mecanismos de controle e censura que as redes possuem.

Imaginar que as mídias sociais sejam um local de produção de conhecimento é uma ilusão. Elas são um poderoso canal de comunicação para a participação em movimentos sociais, tanto por ativistas convictos quanto por cidadãos comuns que ao atuarem nas redes acabam tomando uma postura mais ativa, onde vozes e comportamentos políticos muitas vezes dissonantes acabam se conectando.

Conforme Mike Davis (2012, p. 41):

As mídias sociais são importantes, é claro, mas não onipotentes. O sucesso da auto-organização dos ativistas – a cristalização da vontade política a partir do livre debate – continua sendo melhor nos fóruns urbanos da realidade.” Dito de outra forma, a maior parte de nossas conversas na internet equivale a ensinar a missa ao vigário; até mesmo megasites como o MoveOn.com são voltados para um grupo de já convertidos, ou pelo menos para seu provável grupo demográfico.

Na esteira desse pensamento, Harvey ao comentar o movimento Ocupe Wall Street, cita as mídias sociais e seu papel catalizador de anseios, não como um local de produção e organização de políticas, mas como um meio de transformar desejos sociais em movimentos organizados. É na colocação dos “corpos no espaço público” que reside a possibilidade de transformação política dos movimentos sociais e não apenas nos debates via internet.

Sobre isso, Harvey afirma que:

Essa tática, mais conspicuamente realizada nas lutas nobres e em curso da praça Tahir, no Cairo, alastrou-se por todo o mundo (Praça do Sol, em Madri, Praça Syntagma, em Atenas, e agora as escadarias de Saint Paul, em Londres, além da própria Wall Street). Ela mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado. A praça Tahir mostrou ao mundo uma verdade óbvia: são os corpos nas ruas e praças, não o balbucio de sentimentos no Twitter ou Facebook, que realmente importam. (HARVEY, 2012 p. 60-61)

Assim, vê-se que para o autor, as transformações ocorridas nos últimos anos em relação aos processos globais de informação tiveram um grande incentivo com a popularização dos sistemas de servidores de internet e o acesso à rede relativamente facilitado a uma maior parcela da população, fato que obteve como repercussão uma maior participação de atores no mundo dos movimentos sociais.

Entretanto, o tema das Redes Sociais é trabalhado também por outros autores da Sociologia, tais como Norbert Elias e Ilse Scherer-Warren, sendo que Scherer-Warren (1999, p. 06) define *rede* como

uma articulação de diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto, na medida em que são fortalecidas por ele.

Portanto, nesta perspectiva, a rede representaria um papel de *empoderamento* dos indivíduos que a compõe, no momento em que se sentem integrados e pertencentes a um grupo dentro da sociedade contemporânea globalizada. Assim, a troca de informações e de saberes dentro das redes, provocaria mudanças na compreensão da sociedade pelo indivíduo e na sua autoimagem. Além disso, Scherer-Warren atenta para o “efeito multiplicador das redes”, que, “como conceito propositivo dos atores coletivos” possui relevância particular no “plano simbólico e na disseminação de uma nova utopia de democratização da sociedade civil”. (1999, p. 30)

Manuel Castells (2002) fala do crescimento acelerado da Internet desde seu surgimento até hoje e dos impactos que essas mudanças trazem para a vida e a cultura das pessoas, como exemplo, o fato de alguém se sentir mais à vontade em mandar um e-mail do que conversar pessoalmente com alguém. Assim, poder-se-ia concluir que as redes, além de agirem como importantes meios de difusão de suas próprias lógicas sistemáticas de forma multiplicativa, constituiriam uma nova forma de organização das sociedades, assumindo um papel preponderante no desenvolvimento destas na contemporaneidade. Da mesma forma, sob um ponto de vista relativamente congruente, Lévy (1999) considera a emergência do Ciberespaço como fruto de um verdadeiro movimento social apesar de todo o seu caráter técnico. Este, segundo o autor, possui um grupo líder: a juventude metropolitana escolarizada, suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes. Ou seja, não se trata de apenas uma infraestrutura técnica particular de telecomunicações, mas “visa, por meio de qualquer tipo de ligações físicas, um

tipo particular de relação entre as pessoas.” (LÉVY, 1999, p. 127). Para ele, as relações estabelecidas *on-line* estão longe de serem relações frias, pois ao contrário muitas suscitam emoções fortes onde se desenvolve inclusive uma moral social e um conjunto de leis consuetudinárias, onde se mantém aquilo que ele chama de “netiqueta”.

De toda forma, é indubitável que o advento de novas formas de contato virtual que vem surgindo através das chamadas “redes sociais” tais como *Twitter*, *Orkut*, *Facebook* dentre outras, estabeleceu nos últimos anos um modelo emergente de relacionamento em rede que tem possibilitado uma troca extremamente rápida e imediata de informações e notícias globais advindas de uma enorme gama de fontes com pontos de vista muito diversificados, o que nos meios de mídia convencionais anteriores a internet: TV, rádio e mídia impressa, além do fato de que demorariam um tempo muito maior para se propagarem, certamente viriam maquiadas e lapidadas de acordo com as tendências ideológicas dos grupos detentores de tais meios de comunicação.

Conforme observa Castells (2003, p. 114-115), “o ciberespaço tornou-se uma ágora eletrônica em que a diversidade da divergência humana explode numa cacofonia de sotaques”. Com isso, as redes sociais *on-line* tem se notabilizado por se constituírem num eficiente meio de mobilização política em todo o planeta. Conforme pudemos acompanhar no início de 2011, ocorreram os movimentos pela democracia dos países árabes no norte da África e Oriente médio conhecido como “primavera árabe” e em 2012 o movimento contra a globalização econômica “*Ocuppy Wall Strett*”, todos engendrados pela participação nas redes sociais *on-line*.

Para ilustrar a crescente importância política das redes sociais *on-line*, podemos citar as reações das instituições atingidas pelas mobilizações engendradas por meios destas. No dia quatro de novembro de 2011, a justiça do estado de São Paulo decretou a desocupação do prédio da USP (Universidade de São Paulo) pelos estudantes que lá estavam acampados. Além do corte da água e da luz, foi decretado o corte do sinal de internet dentro do prédio numa clara tentativa de isolamento informacional dos estudantes.

No primeiro semestre de 2011, iniciou-se em Natal/RN, o movimento “Fora Micarla” contra a administração do executivo municipal, uma mobilização predominantemente estudantil que se desdobrou em uma série de protestos culminando na ocupação da Câmara

Municipal, onde em determinado momento além de outros artifícios de cunho repressivo, houve o corte do sinal de internet. No mesmo semestre, houve um movimento público contra o aumento do preço dos combustíveis nos postos da cidade, ambos os movimentos foram difundidos pelas redes sociais *on-line*.

Iniciada com o movimento “Passe livre” pela diminuição do preço das passagens de ônibus na cidade de São Paulo, as manifestações que tomaram as ruas brasileiras em 2013 acabaram incorporando inúmeras outras reivindicações sociais, elevando o caráter dessas manifestações para um nível muito mais amplificado. Conforme já citado, essas manifestações foram organizadas e de certa forma maximizado pelas redes sociais *on-line*, uma vez que as mesmas possuem o poder de ampliar a carga emocional das questões ali trabalhadas. Deste modo, por ser um fenômeno relativamente novo ao grande público, surgido no início da década de 90 do século XX, a internet se constitui numa ferramenta que atinge de formas diferentes as diversas gerações de pessoas. Marc Prensky criou as categorias “nativos digitais” e “imigrantes digitais”⁴ para definir essas diferentes gerações.

Conforme observações por mim realizadas nas redes sociais e no cotidiano das conversas de rua, “imigrantes digitais”, tendem de maneira geral a conceberem a formação intelectual, moral, de senso de cidadania e envolvimento em questões políticas como fruto de uma educação formal, isto é, gerada no ambiente escolar tradicional, local onde a internet é em certa medida aceita como uma ferramenta de auxílio pedagógico, porém, as redes sociais *on-line* na maioria das vezes são negativadas pelo fato de que são vistas como meras formas de entretenimento.

Ou seja, na ótica dos “imigrantes digitais” as horas passadas diante da tela do computador pelos jovens da geração dos “nativos” estariam criando sujeitos sociais desapegados de responsabilidades políticas, totalmente descomprometidos e individualistas. Porém, em face das reações políticas citadas, cabe questionar se estamos mesmo convivendo com uma “geração de nativos da internet” desapegados das responsabilidades políticas, individualistas e imediatistas onde nada pode demorar mais de dez minutos sem ser taxado de “chato”, ou estamos vivenciando um momento no qual o uso amplo da internet, e

⁴ Conforme Marc Prensky (2001), nativos digitais são aqueles que cresceram cercados por tecnologias digitais. Para ele a tecnologia analógica do século XX é velha. Usam a tecnologia digital brincando e não tem medo dela. Os imigrantes digitais são os que chegaram à tecnologia digital mais tarde na vida e precisaram se adaptar, “migraram” da máquina de escrever para o computador.

especificamente das redes sociais *on-line* pode mostrar possibilidades de grande participação política por parte desses atores.

3.1: O canal *Facebook*

Criado inicialmente com o nome “*The Facebook*” em fevereiro de 2004, por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, a ferramenta tinha como objetivo ser um canal de comunicação e expressão entre os estudantes de Harvard, sendo imediatamente expandido para a Universidade de Stanford, Universidade Columbia e Universidade Yale em poucos meses, dado o imenso sucesso que o mesmo obteve. Diferentemente das demais redes sociais existentes naquele momento, o *Facebook* era aberto para qualquer pessoa que quisesse participar contanto que tivesse no mínimo 13 anos de idade, independente de ser convidado por um membro ativo da rede. Em 2005, após se expandir para escolas secundárias nos Estados Unidos, o *Facebook* ultrapassou as fronteiras indo para Reino Unido e Canadá, México, Porto Rico, Ilhas virgens, Austrália, nova Zelândia e Irlanda. Deixava de ser uma rede doméstica e tornava-se uma rede mundial.

Desde sua fundação, o *Facebook* foi aprimorando gradativamente suas ferramentas operacionais, tornando-se mais prático e multifuncional para os usuários, mas a grande novidade no Brasil, em termos de flexibilidade, veio em 2010 quando ao juntar-se à operadora de telefonia TIM, criou o acesso grátis ao site através do próprio aparelho celular. Em junho de 2011, o *Facebook* lançou seu serviço de chamada de vídeo usando o *Skype* como ferramenta tecnológica, o que permite transmissões de vídeo da Webcam de um usuário para o *Facebook* de outro. Em Abril de 2012, o *Facebook* comprou os direitos de uso do aplicativo *Instagram* por aproximadamente um bilhão de dólares. Esse aplicativo permite aos usuários tirarem fotos e postarem imediatamente nas redes sociais, no próprio local do acontecimento. Em fevereiro de 2013, o número de utilizadores dessa tecnologia chegou a 100 milhões de pessoas em todo o mundo.

Estou citando essa três ferramentas tecnológicas pelo impacto que as mesmas têm e terão na comunicação imediata entre muitas pessoas ao mesmo tempo, o que possibilita a transmissão de informações, notícias e fatos que podem ter um significado importante como foi o caso das manifestações que resultaram na “Primavera árabe” em 2011. A crescente e

constante renovação nos aplicativos tecnológicos do *Facebook* está transformando essa rede social numa ferramenta de muito fácil manuseio por parte dos usuários e com amplas possibilidades de comunicação real em tempo imediato. No ano de 2013, o *Facebook* chegou a um bilhão de usuários em todo o mundo, o que representa cerca de 1/7 dos habitantes do planeta, ou seja, uma em cada sete pessoas na Terra está recebendo e transmitindo informações por cerca de seis horas diárias via internet/*Facebook*. Essas novas possibilidades de comunicação em tempo real, trazidas até nós pela internet/*Facebook*, fazem parte do que Castells chamou de *informacionalismo*:

[...] o surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social esta associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o **informacionalismo**, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX (CASTELLS, 1999, p.51).

De todo modo, a “nova estrutura social”, de que nos fala Castells, está baseada numa forma nova de comunicação, produção e trabalho que foram determinadas pelo surgimento e desenvolvimento das tecnologias de informação no século XX. O *informacionalismo* criou uma necessidade de tecnologias avançadas para a reprodução e manutenção do sistema capitalista onde o acesso cada vez maior de pessoas aos mecanismos tecnológicos, modifica o próprio processo além de tornar o *informacionalismo* num produto do capitalismo.

Poderíamos dizer que as redes sociais *on-line*, especificamente o *Facebook*, estariam criando mecanismos para uma nova configuração de expressão democrática através da internet? Segundo Bobbio (1996), o neoliberalismo em sua marcha desenfreada pela regulação dos mercados mundiais e desmantelamento dos estados políticos no mundo globalizado, ataca de forma direta e sistemática os elementos vitais da democracia moderna uma vez que os mesmo tornaram-se empecilhos para o seu pleno desenvolvimento:

Pode-se descrever sinteticamente este despertar do liberalismo através da seguinte progressão (ou regressão) histórica: a ofensiva dos liberais voltou-se historicamente contra o socialismo, seu natural adversário na versão coletivista (que é, de resto, a mais autêntica); nestes últimos anos, voltou-se também contra o estado do bem-estar, isto é, contra a versão atenuada (segundo uma parte da esquerda também falsificada) do socialismo; agora é atacada a democracia, pura e simplesmente. A insídia é grave. Não está em jogo apenas o estado do bem-estar, quer dizer, o grande compromisso histórico entre o movimento operário e o capitalismo maduro, mas a própria democracia, quer dizer, o outro grande compromisso histórico precedente

entre o tradicional privilégio da propriedade e o mundo do trabalho organizado, do qual nasce direta ou indiretamente a democracia moderna (através do sufrágio universal, da formação dos partidos de massa, etc.). (BOBBIO, 1996, p.126)

Assim, os modelos de autoritarismo surgidos no século XX, o nazi-fascismo e o sistema totalitário soviético, de certa maneira anteciparam esse ataque à democracia de que nos fala Bobbio. Estruturados na lógica do partido único e na representação do povo como uma comunidade sem divisões sociais significativas, esses sistemas negaram as possibilidades de diversidade de expressão na sociedade ocidental, um dos fundamentos da democracia conforme citei anteriormente.

Segundo Lefort (1991, p.27-28), esses novos modelos de totalitarismo do século XX não promoveram nenhuma mudança no sistema econômico de seus países, pelo contrário, utilizaram o sistema capitalista preexistente estabelecendo governos intervencionistas na economia. A mudança social propriamente dita ocorreu no campo do poder, da lei e do saber criando-se uma fusão do Estado e da sociedade intermediada pelo partido único contrariando, mais uma vez, a lógica democrática da sociedade pluralista. Uma das contribuições significativas de Lefort é a ideia de que a política nas sociedades democráticas ocupa o que ele chamou de “espaço vazio” (Lefort, 1991, p. 32). Nas monarquias, o Rei corporificava o poder político e divino, tornando-se uma figura emblemática e visual da política pelos seus súditos. O corpo do Rei era o corpo da própria sociedade, sua identificação material de um processo político real. A democracia, por sua vez, acabou com essa simbologia ao criar mecanismos diferenciados de organização política, expressados pelo sufrágio e pela representatividade. Não existe mais um corpo que representa o poder, ele é efêmero e substituível, portanto um espaço vazio.

Incorporado no príncipe, o poder dava corpo à sociedade. E, assim, havia um saber latente, mas eficaz, do que um significava para o outro, em toda a extensão do social. Tendo em vista esse modelo, designa-se o traço revolucionário e sem precedentes da democracia. O lugar do poder torna-se um lugar vazio. (LEFORT, 1991, p.32).

Desta forma, o *Facebook* constitui-se, a meu ver, num desses lugares vazios onde são aceitas manifestações variadas na forma e no conteúdo, causando inclusive debates, polêmicas e discussões acirradas por parte de seus usuários; ou seja, o conflito social torna-se visível e acessível para todas as pessoas que estão *on-line*. No entanto, o *Facebook* dispõe de

dispositivos de controle de postagens e censura, que são amplamente utilizados pela empresa, e inclusive possui um sistema de informação sobre os usuários que envia relatórios para diversos países quando solicitado pelos mesmos. Isso deixa evidente que o *Facebook* não se constitui num local democrático em si, as postagens são permitidas, porém, controladas pela empresa e pelos governos.

Essa variada gama de posições sociais, culturais e políticas que são lançadas intermitentemente na rede, só é possível por causa da postura dos diretores do *Facebook*. Imbuídos em deixar que a rede seja um espaço “livre”, qualquer postagem sobre qualquer opinião é aceita e pode circular a vontade uma vez que respeite as regras gerais da moral supostamente aceitas pelo suposto consenso social. Uma postagem só é retirada se houver reclamações por parte de usuários que se sentiram ofendidos com a mesma. Isso, no entanto, não inviabiliza a ideia de que o *Facebook* está se tornando um espaço onde as pessoas podem se expressar, se conhecer, trocar e compartilhar opiniões políticas e a partir daí se organizar e transcender isso para o cotidiano.

Os exemplos mais concretos dessas possibilidades políticas foram evidenciados na chamada “Primavera Árabe” onde todas as manifestações populares acontecidas no norte da África, tiveram origem e efetivação da ação real, a partir de comunicação via redes sociais especificamente o *Facebook*.

Mais recentemente de março de 2013, milhares de manifestantes reuniram-se nas ruas de Lisboa em Portugal, para protestar contra o plano de austeridade econômica do Premier conservador Passos Coelho, que intenciona tirar o país da crise. Sem ter a intenção de questionar a política econômica de Portugal, cito este fato noticiado pela Revista Carta Capital pelo motivo de que essa manifestação foi convocada pelas redes sociais e reuniu, segundo os organizadores, entre 800 mil a 1,5 milhão de pessoas em todo o país:

Organizada por um grupo sem vínculos partidários ou sindicais, a manifestação foi convocada pelas redes sociais e conseguiu ser uma das maiores, senão a maior, desde o regresso da democracia ao país. Estavam representados os profissionais da saúde, os idosos, o movimento LGBT, os estudantes, os funcionários públicos. Um sentimento comum unia todos: o governo atual não representa o povo. (CARTA CAPITAL, nº 740 de 20/03/2013, p. 10).

Ainda em relação à crise econômica europeia, na mesma edição da Revista Carta Capital, foi publicada uma entrevista com o comediante italiano Giuseppe Piero, conhecido como Beppe, onde ele expõe sua recente trajetória política, seu plano de governo e a estratégia que o elegeu:

Temos de restaurar o que chamo de “sentido de comunidade.” A política deve voltar aos cidadãos, a democracia tem de ser direta e a participação ativa nos assuntos públicos tornar-se uma rotina e não uma exceção. Hoje é o fim da delegação popular aos partidos tradicionais. E a Internet torna isso possível...CC: Qual é o papel da mídia na Itália e por que o senhor apostou todas as suas fichas na Internet? BG: No meu país, os principais jornais e estações de televisão estão nas mãos dos partidos ou dos lobbies. Focar na Internet era obrigatório para nós. Não tínhamos alternativa em um país onde a informação de broadcasting está nas mãos de uns poucos big Brothers (CARTA CAPITAL, 2013, p. 54-55).

Diante de uma crise da democracia moderna conforme nos fala Bobbio, na qual podemos arriscar dizer que o chamado quarto poder representado pela imprensa assume a postura de uma nova aristocracia, eis que surge a Internet e as redes sociais *on-line* como um local acessível a grande parte da sociedade, e com possibilidades de participação política e social relativamente fora do controle da mídia e da política tradicionais. Os exemplos acima citados demonstram as possibilidades de participação popular e política que são viabilizadas pela Internet. Especificamente no caso italiano, evidencia como a inclusão e participação na política profissional tornam-se possíveis, mesmo contando com escassos recursos financeiros e sem apoio midiático nas eleições, apenas se utilizando da Internet.

Além disso, a simultaneidade nas postagens via *Facebook* e o caráter aberto da rede permitem que os eleitores respondam imediatamente às postagens de caráter político bem como ao discurso de qualquer um que se arrisque a fazer sua plataforma política pela rede, algo que seria impensável pelos meios de comunicação tradicionais pré-internet. No momento histórico atual, a transparência e a ética na política tornaram-se valores possíveis de serem visualizados em função da exposição a que as pessoas estão sujeitas, a Internet e as redes sociais *on-line* servem cada vez mais como ferramentas de controle da classe política por parte da sociedade. Uma vez transformado em espaço de atuação política, o *Facebook* oferece uma alternativa de visibilidade e transparência raramente observáveis em outros meios de comunicação e mesmo em outros palcos da vida política. Apesar da dimensão invisível inerente à democracia moderna conforme Bobbio, as redes sociais possibilitam que a vigilância sobre decisões políticas seja muito maior, fazendo com que a democracia torne-se

mais visível. Isso não significa evidentemente dizer que a sociedade ocidental está se tornando uma democracia ideal ou que estamos nos encaminhando finalmente para a democracia, a ideologia burguesa liberal continua tendo sua força na manutenção das democracias capitalistas inclusive influenciando a própria Internet.

Portanto, afirmo que o *Facebook* constitui-se num local privilegiado para a troca simultânea de informações rápidas, permitindo mobilizações políticas e agilidade nas decisões dos grupos que o utilizam como canal. Sem jamais esquecer, no entanto, o fato de que o *Facebook* é uma empresa multinacional com fins lucrativos, baseada nos Estados Unidos, e profundamente inserida no contexto ideológico do neoliberalismo capitalista.

3.2: O fenômeno *Wikileaks*, e a primavera árabe

Fenômenos recentes como o caso do *Wikileaks*, que é uma organização transnacional sem fins lucrativos sediada na Suécia e que publica documentos, fotos e informações confidenciais de governos ou empresas em seu site, em que segredos de estados foram colocados na rede para conhecimento de todos, demonstra a força de atuação das redes sociais e conseqüentemente a fragilidade dos governos em manter os segredos contra a atual tecnologia. Ao se tornar um escândalo político internacional, o caso *Wikileaks*, além de suscitar ódios diversos contra seu criador Julian Assange, jornalista e ciberativista, também deixou claro aos governos das democracias modernas que seus atos invisíveis já não são mais tão invisíveis assim e que podem se tornar visíveis de uma hora para outra, colocando em cheque a possibilidade de efetiva execução de seus planos.

Conforme Bobbio:

O que constitui um escândalo público? Ou, dito de outra forma, o que é que suscita escândalo no público? E qual o momento em que nasce o escândalo? O momento em que nasce o escândalo é o momento em que se torna público um ato ou uma série de atos até então mantidos em segredo ou ocultos, na medida em que não podiam ser tornados públicos pois, caso o fossem, aquele ato ou aquela série de atos não poderiam ser concretizados. (BOBBIO, 1996, p. 91).

Dessa forma, o papel de denúncia em questões de segredos políticos, que antes era representado por jornalistas investigativos, políticos de oposição e ativistas, na era das tecnologias de informação passa a ser representado por “blogueiros” e ativistas do

ciberespaço. Assim, a questão do controle social por parte do governo detentor de computadores, conforme previra Bobbio, parece não ter se concretizado plenamente, pelo contrário, as redes sociais, inexistentes na época em que escreveu seu livro (BOBBIO, 1984), abriram um espaço social e político que permitiu uma equalização de forças em relação ao acesso as informações que antes eram confidenciais.

Quão pouco em comparação com as enormes possibilidades hoje abertas para um estado dono dos grandes memorizadores artificiais. Se esta perspectiva é apenas um pesadelo ou um destino ninguém está em condições de prever. Seria de todo modo uma tendência oposta à que deu vida ao ideal da democracia como ideal do poder visível: a tendência não mais rumo ao máximo controle do poder por parte dos cidadãos, mas ao contrário rumo ao máximo controle dos súditos por parte de quem detém o poder”. (BOBBIO, 1996, p. 106).

Essa equalização de forças a que me refiro tornou-se operacional e visível no confronto informacional que se estabeleceu entre o *WikiLeaks* e o governo dos Estados Unidos. Fundado em 2006, o *Wikileaks* passou a receber informações e documentos secretos de seus anônimos colaboradores espalhados pelo mundo, alguns desses, funcionários de setores estratégicos de governos, inclusive dos Estados Unidos.

Em 2010, um soldado estadunidense que servia no Iraque e trabalhava para o setor de inteligência, Bradley Manning, foi responsabilizado pelo vazamento de milhares de documentos secretos do exército estadunidense, publicados pelo *Wikileaks*. Isso custou ao soldado 880 dias de prisão sem julgamento. Dentre esses documentos, o que ficou mais conhecido e que chamou mais a atenção por conta do apelo visual, foi um vídeo apresentado em abril de 2010 em que um helicóptero de ataque Apache atacava doze civis iraquianos desarmados, dentre os quais se incluíam dois jornalistas da agência de notícias Reuters. Por meio da FOIA (*Freedom Of Information Act*), lei estadunidense de acesso à informação, a agência Reuters tentou de forma infrutífera ter acesso ao vídeo em questão, o que só foi possível após a publicação do mesmo pelo *Wikileaks*.

Segundo Natália Viana, na apresentação do livro: “*Cyberpunks*”:

Meses depois, em julho, o *Wikileaks* publicou 75 mil diários militares sobre a guerra do Afeganistão, que comprovaram centenas de assassinatos indiscriminados de civis pelas forças dos EUA. Em outubro, a organização publicou 400 mil relatos secretos sobre a ocupação no Iraque, provando a constante tortura contra prisioneiros. O maior vazamento, no entanto, viria no final de novembro. Uma verdadeira enxurrada. O projeto, chamado “*Cablegate*”, não era apenas o mais extenso material restrito a ser vazado na história do jornalismo. Os 251.287 comunicados

diplomáticos provenientes de 274 embaixadas dos EUA no mundo todo, compunham o mais abrangente relato de como funcionam as relações internacionais - e também de como líderes de cada um desses países, além dos EUA, se comportam a portas fechadas. (VIANA, 2013, p. 11)

Pode-se afirmar que o impacto que esses documentos causaram na opinião pública mundial foi imediato e incomensurável. O propalado e consagrado “Segredo de Estado”, que se constitui num dos alicerces ideológicos dos governos nas democracias ocidentais, acabava de sofrer um enorme impacto direto dos ativistas das liberdades *on-line*. Tornava-se clara e real a possibilidade de obtenção de informações secretas pelos ativistas, e o que era mais assustador ainda: a difusão global e imediata dessas informações via Internet. A ideia vigente no *Wikileaks* era a possibilidade de envio de informações por parte dos colaboradores, de forma segura para todos. Por meio de uma criptografia poderosa e inviolável que fosse imune ao controle dos órgãos governamentais, era possível que as fontes denunciassem sem medo os abusos e violações dos direitos humanos por parte de governos e empresas. Esse sistema permanece seguro ainda hoje, porém, a luta do *Wikileaks* continua sendo pela liberalização de um código criptográfico pessoal para todos os usuários da Internet, o que possibilitaria a navegação individual na rede sem o controle dos órgãos de espionagens estatais.

No caso do soldado Manning, Natália Viana (2013, p. 12) ainda comenta: “É importante lembrar que Bradley Manning não foi conectado ao vazamento por alguma quebra na segurança criptográfica do código do *Wikileaks*, mas por supostamente ter confessado em um chat ser a fonte dos documentos.”

Essa imensa quantidade de dados secretos vazados para a Internet via *Wikileaks* teve uma enorme repercussão nas populações civis dos diversos países envolvidos nesse “escândalo político.” Para Viana, foi a exposição da corrupção do governo da Tunísia que predisps os ciberativistas locais a iniciarem a revolta que culminou com a derruba do governo tunisiano:

Os relatos da embaixada norte-americana na Tunísia, que descreviam em detalhe a extrema corrupção do governo do ditador Ben Ali, foram um enorme incentivo para a revolta tunisiana que acabou por derrubá-lo em meados de janeiro de 2011 – e outros países seguiram o exemplo, no que ficou conhecido como a Primavera Árabe. (VIANA, 2013, p. 11)

A possibilidade da Primavera árabe ter se iniciado como consequência desses vazamentos de informações secretas, via *Wikileaks*, demonstra o poder da internet no jogo de forças políticas na era do informacionalismo. Porém, se por um lado a Internet e as redes sociais podem representar uma via para a organização de movimentos manifestatórios que visem a transformação da realidade social, por outro lado elas podem ser o meio pelo qual os governos venham a exercer um grande poder de controle e censura sobre a sociedade.

Para Jacob Appelbaum, (2013, p. 46) a tecnologia em rede tornou-se o próprio Panóptico⁵ cibernético no mundo informacional, vigiando em tempo integral todos os cidadãos do mundo a partir do momento em que a acessem, tanto no âmbito estatal quanto no âmbito privado. Sites de busca como o Google sabem com quem nos comunicamos, quais são nossas preferências religiosas, filosóficas, políticas, sexuais, quem são nossos amigos e o que mais nos interessa nas pesquisas.

Em relação ao enfrentamento de forças, a guerra que se trava neste momento no ciberespaço, Assange diz:

Se voltarmos àquela época, no início dos anos 1990, quando tivemos a ascensão do movimento cypherpunk como uma reação às proibições da criptografia por parte do Estado, muitas pessoas acreditavam no poder da Internet de proporcionar comunicações muito mais livres de censura se em comparação com a grande mídia. Mas os cypherpunks⁶ sempre souberam que, na verdade, com isso também vinha o poder de vigiar todas as comunicações. Temos agora uma maior comunicação versus uma maior vigilância. Uma maior comunicação significa que temos uma maior liberdade em relação às pessoas que estão tentando controlar as ideias e criar o consenso, e uma maior vigilância significa exatamente o contrário.” (ASSANGE, 2013, p. 43)

No caso de Assange, o resultado antidemocrático imediato dessa “ciberguerra” levou o governo dos Estados Unidos a instaurar uma investigação criminal contra Assange, o Wikileaks e seus colaboradores. Reunido na cidade de Alexandria no estado da Virgínia, o júri buscou o enquadramento dos acusados em vários crimes, incluindo o de conspiração, baseado no *Espionage Act* de 1917 (Lei de espionagem.).

⁵ O “panóptico de Bentham” refere-se a uma figura arquitetural nos presídios, idealizada pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham no final do século XVIII, composta por uma torre central cercada de celas, de onde o vigia observa os presos sem que os presos observem o vigia. Citado por Michel Foucault em seu livro “Vigiar e Punir.” (FOUCAULT, 1991, p. 177)

⁶ O termo *cypherpunk* – derivação (criptográfica) de *cipher* (escrita cifrada) e *punk* – designa os integrantes do Wikileaks que defendem a utilização de criptografia para provocar mudanças sociais e políticas. O movimento foi criado em 1990 e atingiu o auge nas “criptoguerras” e na censura da internet em 2011 na Primavera Árabe.

Entrementes, uma força tarefa de 120 homens com o sugestivo nome WTF⁷ (Wikileaks Task Force) foi organizada no Pentágono com a missão de “tomar medidas” contra o *Wikileaks*, que foi classificado como “organização terrorista” e Julian Assange como um “terrorista *high-tech*” e um combatente inimigo na “ciberguerra”. Alguns políticos estadunidenses chegaram a pedir o assassinato extrajudicial de Assange com a utilização de “drones”.

Em dezembro de 2010, instituições financeiras como *Visa*, *Master Card*, *Pay Pal* e *Bank of America* iniciaram um “bloqueio bancário” contra o *Wikileaks*, cedendo à pressão do governo dos Estados Unidos. Uma vez que os recursos financeiros do grupo são provenientes de doações internacionais, isso significou uma forte tentativa de estrangulamento das operações de divulgação de informação do *Wikileaks*. Essas iniciativas conjuntas entre governos e empresas privadas na tentativa de boicotar e eliminar uma organização informacional, minando a liberdade de imprensa, a liberdade individual e a liberdade econômica, demonstram o poder social e político do *Wikileaks*, e o pavor que o mesmo pode causar nas agências governamentais.

Com base no acima exposto, torna-se compreensível que Julian Assange e seus colegas de *Wikileaks*, os *cypherpunks*, vejam a Internet e as redes sociais com pessimismo. Suas posturas deixam claro suas desilusões no sistema que foi criado como um baluarte de uma nova era de liberdade de informação, durante o período romântico dos primeiros ativistas da liberdade *high-tech* nos anos 1960.

Para eles, está acontecendo uma militarização do ciberespaço por parte dos governos do mundo, tornando a Internet um meio muito útil aos preceitos da guerra clássica entre nações, bem como no controle das populações civis dos países. A vigilância em massa das populações tornou-se muito mais totalizadora uma vez que as pessoas expõem suas ideias políticas, suas amizades e preferências de uma forma nunca vista antes do advento da Internet. A coleta e armazenamento dessas informações cria verdadeiros Estados à parte, com o objetivo de controlar as informações do ciberespaço.

⁷ “WTF” significa: “What The Fuck?” ou “Que porra é essa?” É uma gíria bastante utilizada pelos adolescentes nas redes sociais.

Para Assange:

Uma batalha está sendo travada entre o poder dessas informações coletadas por **insiders** – esses Estados paralelos de informações que estão começando a se desenvolver, se alimentar uns aos outros, elaborando conexões entre si e com o setor privado – **versus** um mundo de informações cada vez mais amplo, com a Internet atuando como um ferramenta comunitária para que a humanidade se comunique entre si. (2013, p. 43)

Deste modo, em virtude do alto grau de censura e controle exercidos sobre as redes sociais e a Internet por parte de governos e empresas privadas conforme aqui exposto, é plausível e aceitável que o sentimento de pessimismo e desconforto em relação ao ciberespaço, seja comum aos profissionais de comunicação que nele atuam, como os *cypherpunks* e os blogueiros.

Minha postura, no entanto, é a de que as forças políticas que atuam a favor da liberdade de expressão e da busca do equilíbrio social em ação no ciberespaço sempre encontrarão uma forma de se comunicar e manter a luta, conforme aconteceu na Primavera Árabe. Avaliando a situação a partir de uma perspectiva dicotômica, podemos pensar que a militarização e a vigilância impostas à Internet não se constituem nos únicos legados que essas tecnologias nos trouxeram, assim como para toda ação existe uma reação, a Internet também pode ser transformada numa tecnologia da revolução, conforme os casos políticos concretos aqui referenciados. Apesar da censura, a Internet e as redes sociais vieram para ficar, constituem-se numa nova e viável alternativa para as manifestações populares dos desejos humanos e da busca de direitos sociais.

3.3 O mundo das relações digitais

Pierre Lévy levanta a hipótese de que estamos vivenciando o “surgimento de um novo universal” representado pelas novas formas de comunicação global, inseridas no que ele chamou de Cibercultura.

Uma das principais hipóteses deste livro é que a cibercultura expressa o surgimento de um novo universal, diferente das formas culturais que vieram antes dele no sentido de que ele se constrói sobre a indeterminação de um sentido global qualquer. Precisamos, de fato, colocá-la dentro da perspectiva das mutações anteriores da comunicação.” (LÉVY, 1999, p.15)

Ciberespaço é o espaço abstrato criado pela conexão de computadores em rede a partir do surgimento da Internet. Constitui-se de um ambiente por onde circulam as informações, e podemos dizer que envolve todo o planeta. A interconexão em rede de bilhões de computadores em todo o mundo acaba criando uma “criatura” única, um único supercomputador global formado pela soma de todos os demais computadores.

Sobre isso, Lévy comenta:

O ciberespaço (que também chamarei de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial de computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.” (LÉVY, 1999, p. 17)

Para o autor, *cibercultura* é o modo de vida que se estabeleceu a partir do surgimento do ciberespaço e das novas formas de transmissão das comunicações. Uma vez que as novas tecnologias de informação, fazem parte de modo inexorável, cada vez mais, da vida de milhões de pessoas ao redor do planeta, elas tem a força de influenciar nos comportamentos humanos, nas manifestações artísticas, culturais, políticas, etc. Segundo Lévy: “Quanto ao neologismo “cibercultura”, especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. (1999, p. 17)

Ainda segundo Lévy, dentre as formas históricas da comunicação humana, no período da oralidade, as trocas eram diretas entre os comunicantes, o que permitia um entendimento quase que total do contexto do fato, em vista da proximidade pessoal e espacial dos interlocutores. Essa forma direta e pessoal de se comunicar sofreu alterações com o surgimento da escrita, quando passou a ser possível o acesso às mensagens criadas em pontos distantes entre os interlocutores. Apesar disso ter diminuído as distâncias espaciais para a comunicação, criou uma distância entre o sentido do que foi dito e o sentido do que foi entendido pelo leitor, fazendo-se necessária uma interpretação dos textos por parte de quem os lê.

Para diminuir essas distâncias que podem ser de caráter cultural, linguístico, moral, criou-se o que Lévy chama de “Universal Totalizante”, uma forma de difundir as mensagens de uma maneira global, preservando seu sentido básico em qualquer contexto, apesar de reduzir seu sentido original: “(ciência, religiões do livro, direitos do homem, etc.)” (1999, p.15). Logo, o êxito logrado por esse sistema de distribuição das ideias levado a cabo por esses “universais totalizantes”, teve como consequência interpretações diversificadas de uma mesma informação, o que em alguns casos proporcionou celeumas históricos, podemos citar como exemplo os diversos cismas sofridos pelo catolicismo ao longo de sua história.

Do mesmo modo, Lévy ainda sustenta a hipótese de que a *cibercultura* promove uma nova forma de universalidade das informações. A intercomunicação que se estabelece em rede, possibilita uma interação mais real e mais próxima das fontes comunicativas, remetendo essa situação ao período da história das sociedades orais, porém, numa escala completamente diferente daquelas, extremamente ampliada pelo ciberespaço.

O autor comenta:

A hipótese que levanto é que a cibercultura leva a copresença das mensagens de volta a seu contexto como ocorria nas sociedades orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da autossuficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações. Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados em uma renovação permanente”. (LÉVY, 1999, p. 15)

Assim, a dita “totalidade” se dá por meio da redução do sentido primordial de uma comunicação, em função do entendimento global do texto original. A facilitação da comunicação que foi universalizada, criou a base para a totalidade da mesma, empobrecendo o sentido original sempre obedecendo a uma lógica ordenada. Com o crescimento das mídias de massa: imprensa, cinema, televisão, chegamos ao ponto extremo da totalização das comunicações, haja vista que elas buscam uma redução cognitiva extrema de seus receptadores com o objetivo de “massificar”, tornar as comunicações acessíveis a todas as classes sociais e culturais. Lévy (1999, p. 118) cita como os casos mais extremados e violentos dessa forma de comunicação social, as propagandas dos partidos únicos dos sistemas totalitaristas do século XX: fascismo, nazismo e stalinismo.

O ciberespaço, por sua vez, constitui-se num universo que não obedece a uma lógica ordenada dos sistemas que o compõe, não existe uma predeterminação de um significado central que congregue e crie uma totalização das informações que por ele circulem. Essa “liberdade” intrínseca do sistema, esses “sistema do caos”, talvez esteja permitindo, após muitos séculos de totalização, desde o surgimento da escrita, uma possibilidade de uma comunicação social livre da totalização.

Em suas palavras:

Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna “universal”, e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas. Não quero dar a entender com isso, que a universalidade do ciberespaço é “neutra” ou sem consequências, visto que o próprio fato do processo de interconexão já tem, e terá ainda mais no futuro, imensas repercussões na atividade econômica, política e cultural. [...] O ciberespaço se constrói em sistema de sistemas, mas, por esse mesmo fato, é também o sistema do caos. Encarnação máxima da transparência técnica, acolhe, por seu crescimento incontido, todas as opacidades do sentido. Desenha e redesenha várias vezes a figura de um labirinto móvel, em expansão, sem plano possível, universal, um labirinto com o qual o próprio Dédalo não teria sonhado. Essa universalidade desprovida de significado central, esse sistema de desordem, essa transparência labiríntica, chamo-a de ‘universal sem totalidade’. Constitui a essência paradoxal da cibercultura.” (LÉVY, 1999, p. 113)

Lévy não estaria subestimando, no entanto, a capacidade totalizante da ideologia capitalista e seu poder de reproduzir comunidades “livres”, de indivíduos atomizados que socializam uma visão de mundo privatista e essencialmente egoísta? Nesse sentido o suposto universal sem totalidade encobriria o processo de totalização protagonizado pelo caráter difuso da ideologia dominante e de seus efeitos alienantes.

Lévy previa que o ciberespaço tenderia a uma integração de seus sistemas através de uma interconexão mundial de computadores, que se caracterizaria por criar uma nova universalidade da linguagem cada vez menos totalizante e mais transparente. Escrito em 1997, na era pré-redes sociais *on-line*, “*cibercultura*” não pode contemplar as potencialidades, arrisco dizer, destotalizantes e mais democráticas, que redes sociais como o *Facebook* puderam nos permitir. Partindo de uma linguagem baseada nas trocas pessoais e diretas de informações, opiniões e emoções, as redes sociais *on-line* possibilitam uma linguagem entre os internautas e seus “amigos” que nos remetem ao que Lévy cita como uma

volta ao sistema oral das sociedades humanas primitivas, porém, em um novo contexto técnico e histórico.

De certa forma, em função de suas potencialidades técnicas e sociológicas, a Internet pode ser vista como uma nova invenção da escrita. Enquanto que a escrita trouxe possibilidades incomensuráveis de transmissão de dados e informações, mudando o mundo a partir da linguagem universalizada, trouxe também a possibilidade de totalização por essa mesma linguagem o os usos que se podem fazer dela. A internet, por sua vez, especialmente as redes sociais *on-line*, apresenta essa característica de, apesar de toda censura possível sobre elas, abrir um universo novo para as comunicações baseado na conectividade de seus atores, que possibilita uma maior democratização das mídias sociais.

O processo em andamento de interconexão mundial atinge de fato uma forma de universal, mas não é o mesmo da escrita estática. Aqui, o universal não se articula mais sobre o fechamento semântico exigido pela descontextualização, muito pelo contrário. Esse universal não totaliza mais pelo sentido, ele conecta pelo contato, pela interação geral. (LÉVY, 1999, p.121)

Vale dizer novamente que a ideia de uma estruturação social em rede não é novidade nas Ciências sociais. Diversos autores, ao longo do tempo, têm trabalhado com essas formulações metodológicas para tentar compreender as sociedades modernas. A novidade que se nos apresenta neste início do século XXI, é a sociedade em rede com base nas novas tecnologias de informação, capitaneadas pela Internet.

Na tentativa de exemplificar as diversas relações que se estabelecem e se desenvolvem nesse sistema, Manuel Castells define rede como:

Rede é um conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos. São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede de fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus de rede política que governa a União Européia. São campos de coca e de papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, as sociedades e Estados no mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e de opinião pública na era da informação. (CASTELLS, 1999, p. 566)

As transformações políticas e ideológicas ocorridas no início do século XXI, com a desestruturação da União Soviética e a ascensão do neoliberalismo, criaram um terreno propício para a configuração de um mercado capitalista global. O surgimento de novas tecnologias de informação, tendo como base a internet, deu a essa “globalização” ferramentas tecnológicas altamente viáveis aos propósitos mercadológicos desse sistema econômico.

De todo modo, a apropriação das novas tecnologias pelo capitalismo de mercado, transformando a informação em um novo produto, Manuel Castells chamou de “informacionalismo”. O informacionalismo é uma adaptação e reestruturação das formas de produção social capitalistas do início do século XXI, que tem como base o controle da tecnologia de geração de conhecimentos e informação, e a aplicação desses conhecimentos para o aumento da produtividade num processo sem fim da reprodução capitalista.

Fazendo uma comparação com outros modos de produção ou formas distintas de acumulação na história de um mesmo modo de produção, entre eles o capitalismo fordista e o estatismo soviético, Castells situa a diferenciação do informacionalismo:

O capitalismo visa á maximização de lucros, ou seja, o aumento do excedente apropriado pelo capital com base no controle privado sobre os meios de produção e circulação. O estatismo visa (visava?) a maximização do poder, ou seja, o aumento da capacidade milita e ideológica do aparato político para impôs seus objetivos sobre um número maior de sujeitos e nos níveis mais profundos de seu consciente.” (CASTELLS, 2011, p. 53)

O informacionalismo, portanto, pode ser entendido como uma nova roupagem da economia capitalista financeirizada, que se utiliza do domínio das tecnologias de informação para a sua expansão e perpetuação, e que encontra na sociedade constituída em redes, seu mais completo ecossistema de reprodução. A troca de informações e a linguagem em suas mais variadas manifestações fazem parte da constituição primordial das sociedades e de praticamente todas as atividades humanas historicamente estabelecidas. Tendo a informação como matéria-prima do novo processo produtivo, o informacionalismo utiliza a tecnologia para controlar e agir sobre a informação, causando com isso uma enorme influência sobre os diversos aspectos da vida social, indo muito além do meramente econômico, passando a determinar modos e comportamentos humanos.

Assim, agindo num contexto global de sociedades em rede, o informacionalismo se constitui na “nova economia” (CASTELLS, 2011, p.119) que encontrou no desenvolvimento das tecnologias de informação, principalmente no advento da Internet, o substrato material (e virtual) para o seu pleno desenvolvimento no início do século XXI. Surgida na década de 1990 do século XX nos Estados Unidos, essa “nova economia” fundamenta-se na tecnologia da informação e nas finanças, age de forma constantemente inovadora e estabelece uma concorrência global difundida em rede.

Para Castells, essa “Nova economia” se caracteriza por três coisas: é informacional, é global, é em rede:

É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades e agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercado) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação entre redes empresariais. (CASTELLS, 2011, p. 119)

A associação do sistema de redes sociais “humanas” com o sistema de redes digitais da Internet fez surgir o que Castells chama de “Sociedade em Rede”. Nessa nova sociedade em rede, as relações sociais de produção e consumo, as relações profissionais, as relações de poder, de trocas materiais e emotivas, dependem em grande parte do pertencimento das pessoas num complexo sistema global de inter-relações. Torna-se preponderante para a vida dos indivíduos, a inserção nas inumeráveis redes de sociabilidade existentes, sendo que o contrário, o não pertencimento, o relega a uma posição de “não indivíduo”, ficando, de certa forma, marginalizado no mundo em que vive. Sendo a Internet a expressão digital máxima das redes, o acesso a ela torna-se um fator preponderante de sociabilização e participação no complexo sistema social do mundo globalizado.

Conforme Castells:

Atividades econômicas, sociais, políticas e culturais essenciais por todo o planeta estão sendo estruturadas pela Internet e em torno dela, como por outras redes de computadores. De fato, ser excluídos dessas redes é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e em nossa cultura. (2003, p. 8)

Entretanto, vale salientar que o século XXI se iniciou com uma transformação significativa em relação à configuração da geopolítica mundial. Com a queda do comunismo soviético e a duvidosa hegemonia da globalização neoliberal financeira, o mundo social foi lançado numa crise estrutural de legitimidade ideológica, representada pela crescente descrença nos ideais políticos do século XX. O imaginário de justiça social perpetuado pelas esquerdas, com base na crença de uma transformação significativa da vida social e material a partir da diminuição das desigualdades, na socialização dos meios de produção e consumo, defendidas pelos socialistas históricos, sofreu um grande abalo na sua credibilidade, a partir da falência dos Estados que adotaram aquele sistema político que ficou conhecido como “comunismo”.

Por outro lado, o neoliberalismo financeiro, depois de passar por um aparente período de sucesso nos anos 1990, também apresentou sinais de esgotamento com a crise iniciada em 2008. Os movimentos de protestos que ocuparam as ruas de vários países a partir de 2011, são uma demonstração de que o ideário da direita liberal baseado na liberdade individual e na autorregulação do mercado, tendo como fundo político estrutural o sistema da democracia moderna, demonstram que essa direita também perdeu sua credibilidade, e, assim como as esquerdas, está em crise.

Concomitante a essa crise das orientações político-ideológicas, as transformações do estilo de vida social nas últimas três décadas, frutos das mudanças no comportamento cultural das pessoas; relações familiares, sexuais, sociais, ambientais, etc., foram muito impactantes para os indivíduos inseridos à força nesse contexto pós-moderno. Verdades absolutas, historicamente arraigadas nas mentalidades, tiveram que ser reformuladas e em muitos casos abandonadas e substituídas. O surgimento de novas tecnologias de informação em rede, principalmente a Internet, trazendo informações na velocidade da luz e numa nova linguagem universal, a “língua digital”, colaborou para a desestruturação das certezas absolutas dentro desse processo mundializante.

Como consequência imediata desse processo, temos um sujeito (pessoas) que perdem suas referências básicas do mundo e estão em uma situação confusa e descontrolada em relação às coisas que o cercam. A fuga desse mundo caótico que se encontra em

transformações radicais, que destruiu os “portos seguros” das ideologias e representações humanas, leva os sujeitos individuais a uma busca desesperada por uma identidade própria que o reestabeleça no mundo em que vive.

Logo, se por um lado temos uma “sociedade em rede” que chama e tenta agregar os indivíduos num processo estrutural global, e mesmo desagregar, dependendo da conveniência, por outro lado temos um sujeito desarticulado de suas convicções históricas, políticas e sociais, um sujeito pós-moderno fragmentado pela dinâmica da “sociedade em rede”. O terreno pantanoso e duvidoso em que esse sujeito pós-moderno se encontra, coloca nossas sociedades ocidentais numa situação esquizofrênica que Castells assim define: “Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser.” (2011, p.41)

Essa “oposição bipolar”, diz respeito à incômoda posição de se estar situado entre a universalidade de um mundo global e “informacional”, e a busca de autorreconhecimento, busca de uma identidade individual e social num mundo pretensamente multicultural. Talvez isso possa explicar a crescente tendência a busca por religiões mais fundamentalistas e pelo surgimento de partidos e ideologias neonazistas no mundo ocidental. Durante as manifestações de rua no Brasil, grupos neonazistas participaram ativamente das passeatas, sem medo de se expor nas mídias de massa, algo impensável até pouco anos passados.

Para Castells:

Os movimentos sociais tendem a ser fragmentados, locais, com objetivo único e efêmeros, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de mudanças confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. O fundamentalismo religioso - cristão, islâmico, judeu, hindu e até budista (o que parece uma contradição de termos) – provavelmente é a maior força de segurança pessoal e mobilização coletiva nesses tempos conturbados. Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. (2011, p. 41)

Nesse cenário, o capitalismo financeiro neoliberal continua sendo o modo de produção econômica vigente no mundo, porém, o “informacionalismo” com base na rede da Internet, assumiu uma posição preponderante, e muitas vezes indispensável, no sistema de produção

distribuição e venda, tanto para as empresas que trabalham estritamente com tecnologias de informação (*Google, Cisco, Linux, Yahoo*, etc.) como para as empresas em geral no mercado global. Faz-se cada vez mais necessário que as empresas adotem a postura de “Empresa em rede” mantendo uma grande interatividade com seus clientes, utilizando administrações que consigam flexibilizar diversos pontos da conexão em rede, produção, custo, transporte, fornecedores, trabalhadores, vendas, de forma rápida e eficiente dentro do mercado.

Concomitante ao surgimento dessa “nova economia” informacional, o trabalho também sofreu grandes alterações e necessidades de adaptação. Numa sociedade cada vez mais informatizada e em rede, o antigo trabalhador industrial, com carreira fixa e garantias de emprego, deu lugar a um sujeito com carreira flexível, empregos de curta duração onde um grande número de registros em carteira de trabalho funciona como curriculum, possuidores de alto nível de instrução e iniciativa. Nesse modelo, os novos profissionais devem possuir capacidade de analisar as informações em rede, adaptar-se constantemente às mudanças do novo mercado e a se reprogramarem conforme as necessidades de novas habilidades exigidas pelo processo produtivo.

Ciente de que numa sociedade complexa como a “sociedade em rede” nem todos os trabalhadores fazem parte desse perfil exigido pelo trabalho digital, Castells estabelece uma distinção entre “mão de obra autoprogramável e mão de obra genérica”: para ele, mão de obra genérica é aquela formada por trabalhadores sem qualificação especial no mercado digitalizado, pessoas nas quais não foram disponibilizados os recursos sociais de educação necessários para sua adaptação na nova economia em rede. São os trabalhadores tradicionais com qualificação básica para ocupar um posto de serviço, mas que podem a qualquer momento serem substituídos por uma máquina, criando com o seu possível desemprego, num momento de crise, um exército industrial de reserva em plena era digital.

Além disso, por menor que seja a importância social dada aos postos e serviços prestados por esses profissionais genéricos, sua formação básica, no entanto, exige cada vez mais um mínimo de conhecimento em algum tipo de tecnologia de informação. Assim como o iluminismo teve a função de ensinar o povo a ler e escrever para poderem fazer parte da nova economia capitalista nascente, o “informacionalismo” tem a função de ensinar o povo a ler e escrever os códigos da informatização, para poderem fazer parte da nova economia digital em rede. Os trabalhadores caracterizados na mão de obra autoprogramável, são aqueles

que estão devidamente ajustados no novo paradigma conceitual do trabalho: são flexíveis, assumem empregos com tempo de vida definido; sabem aprender a aprender, superam a obsolescência da informação rapidamente; e sabem transformar a informação em conhecimento técnico para a produção. Esses fatores fazem desses novos operários modernos, os trabalhadores ideais para a economia “informacional” globalizada.

O significado do trabalho na “sociedade em rede”, deve se orientar no sentido das mudanças impostas pela mutação sofrida pela economia informacional. Para Castells:

Flexibilidade no trabalho, padrões variáveis de emprego, diversidade das condições de trabalho e individualização das relações de trabalho são características sistêmicas dos negócios eletrônicos. A partir desse núcleo da nova economia, práticas de trabalho flexível tendem a se difundir por todo o mercado de trabalho, contribuindo para a nova forma de estrutura social que caracterizei sob o conceito da sociedade de rede. (2003, p. 82)

Portanto, é imprescindível para os trabalhadores, inseridos ou não no contexto da economia informacional, que eles tenham uma educação voltada para uma formação que gere desenvolvimento de capacidades cognitivas para o processamento de informações, e que estejam habilitados socialmente a fazer parte do complexo universo das redes nessa nova sociedade, qualidades vitais para se fazer parte do mercado de trabalho e da própria vida econômica e social no atual contexto global.

Conforme Castells:

O segundo desafio é o oposto: a exclusão das redes. Numa economia global, e numa sociedade de rede em que a maioria das coisas que importam depende dessas redes baseadas na Internet, ser excluído é ser condenado à marginalidade – ou forçado a encontrar um princípio alternativo de centralidade. Como sustentei no capítulo 9, essa exclusão pode se produzir por diferentes mecanismos: falta de infraestrutura tecnológica, obstáculos econômicos ou institucionais ao acesso às redes; capacidade educacional e cultural limitada para usar a Internet de maneira autônoma; desvantagem na produção do conteúdo comunicado através das redes. Os efeitos cumulativos desses mecanismos de exclusão separam as pessoas por todo o planeta; não mais ao longo da divisão Norte/Sul, mas dividindo aquelas conectadas às redes globais geradoras de valor – por nós que pontilham o mundo desigualmente – e aquelas excluídas dessas redes. (2003, p.227)

Assim, ao analisar as manifestações mundiais ocorridas a partir da primavera árabe de 2011, Castells busca identificar, além dos elementos políticos, econômicos e sociais

constitutivos das manifestações, uma diferenciação entre o que ele denominou como “espaço dos lugares” e o “espaço dos fluxos”. Contrariando a ideia de que o *Facebook* e as demais redes sociais de Internet possam ter tido um papel preponderante na gênese das manifestações, Castells demonstra que qualquer revolução social somente acontece na ocupação física do espaço urbano, com as pessoas ocupando os lugares públicos. Fazendo um analogia com as táticas militares, seria como estabelecer o conceito de guerra, afirmando que: “Guerra é ocupação do terreno”.

De todo modo, qual seria o papel das redes sociais *on-line* nesses movimentos? Para Castells a resposta está no fato de que elas criaram um espaço abstrato digital de transmissão de informações, e mais que isso, um espaço onde se reproduzem e se ampliam os sentimentos que levam as pessoas a se reunirem e ocupar os espaços dos lugares. Esse é o espaço ao qual denominou como “espaço dos fluxos”.

Nesse contexto, os Estados, de forma geral, na condição de detentores legais do monopólio da violência, se utilizam do medo como um potente inibidor de revoltas sociais. O controle do medo na realidade faz parte de um projeto muito maior, que atua na programação neural das pessoas, ao estabelecer a ideologia que um determinado Estado pretenda incorporar. Assim, a forma materializada do medo expressada pelos órgãos oficiais de repressão social como polícia e exército, entre outros, precisa ser suficientemente eficiente para, agindo de forma pró-ativa, criar nas pessoas um sentimento de acomodação em relação aos problemas sociais, baseado no medo.

O importante papel desempenhado pelas redes sociais *on-line* nas manifestações de 2011 conseguiu, entre outras questões, despertar na população um sentimento de revolta contra o Estado e as instituições a ele ligadas, ao serem postadas na Internet imagens de violência policial contra pessoas comuns. Após a liberação do sentimento de fúria, o passo subsequente foi exatamente a perda do medo, e esse sim, foi o elemento que precisava desaparecer para o acontecimento das manifestações. Noah Alef, ativista citado por Castells, falou em entrevista sobre a importância das redes *on-line* para o despertar dos sentimentos em questão na revolta egípcia:

Ter um espaço, um espaço *on-line*, escrever e falar para as pessoas, passar-lhes mensagens que vão aumentar sua ira, essa é minha forma favorita de ativismo *on-line*. ...Quando você pede às pessoas para ir em frente e se manifestar contra a

polícia, elas estão preparadas, porque você já lhes tinha fornecido ingredientes que as deixaram furiosas”. (CASTELLS, 2012, p.50)

Nesse sentido, vemos que o “espaço dos fluxos” agiu de forma ordenada na evolução temporal dos acontecimentos: em primeiro lugar o *Facebook*, depois o *Twitter* e SMS, depois o *YouTube*, depois o *Facebook*, depois o espaço dos lugares, as ruas e as praças ocupadas.

Ainda conforme Castells:

As redes de mídia social desempenharam, assim, um importante papel na revolução egípcia. Manifestantes registraram os eventos com seus telefones celulares e compartilharam seus vídeos com pessoas do país e do mundo via YouTube e Facebook, frequentemente transmitido ao vivo. Eles deliberavam pelo Facebook, coordenavam-se pelo Twitter e usavam blogs para transmitir amplamente suas opiniões e se envolver em debates.” (2012, p. 50)

Sobre isso, Castells ainda comenta: “Assim, os ativistas, como dizem alguns, planejaram os protestos no Facebook, coordenando-os pelo Twitter, divulgando-os pelo SMS e transmitindo-os ao mundo pelo YouTube.” (2012, p. 50)

Nesse prisma, nota-se que o despertar dos sentimentos promovido pela conexão das pessoas nas redes sociais *on-line* foi um condicionante para o deslocamento dos corpos do espaço dos fluxos para o espaço dos lugares. Porém, outro condicionante bastante significativo para a ocorrência desse movimento, foi sem dúvida, a criação da individualização e da autonomia. O espaço aparentemente privado e livre que a Internet cria, permite que as pessoas transcendam seu individualismo típico das sociedades complexas pós-modernas, e, ao se sentirem pertencentes ao mundo descortinado pelas redes sociais *on-line*, mobilizam-se para os movimentos sociais nos espaços dos lugares.

Os estudos dos autores acima citados denotam a importância de entendermos a atual sociedade digital em rede. Conforme demonstrado, as transformações que estão ocorrendo em todos os aspectos da vida social atingem e modificam a sociedade como um todo, desde os fatores materiais até os culturais e ideológicos. Na breve explanação feita neste capítulo, é possível perceber como os mais variados aspectos do cotidiano são atingidos e modificados pela consolidação da sociedade em rede. Castells, citando Allagui e Kuebler, nos dá uma pequena ideia da importância histórica do surgimento da sociedade em redes, a partir do exemplo da Primavera Árabe:

Assim as redes da internet, as redes de celulares, as redes sociais preexistentes, as manifestações de rua, as ocupações de praças públicas e as reuniões de sexta-feira em torno de mesquitas contribuíram todas para as redes multimodais espontâneas, amplamente sem lideranças, que realizaram a revolução egípcia. Como afirmam Allagui e Kuebler: ‘Se aprendemos a construir coalizões e lideranças políticas com a Revolução Russa, e a iniciativa popular com a Revolução Francesa, as revoluções árabes na Tunísia e no Egito demonstram o poder das redes. (CASTELLS, 2012, p. 49)

Tudo indica, portanto, que estamos vivenciando o início de um novo momento histórico nas sociedades complexas, representado pelas sociedades digitalizadas em rede, onde as relações sociais de produção, as relações pessoais, políticas, afetivas, culturais etc., tem sido gradativamente condicionadas pela lógica intrínseca das redes sociais.

Considerações finais

Diante de um tema tão rico quanto este, em que o estudo de sociedades complexas em rede, coincide com um período de enormes transformações estruturais nas economias e nas políticas globais, tendo ainda como componente extra o surgimento das novas tecnologias de informação, diversas conclusões podem ser tiradas. Após analisar as obras dos autores clássicos sobre os temas acima citados constantes deste estudo, e os diversos artigos publicados em livros e revistas sobre as manifestações mundiais e no Brasil, algumas considerações podem ser efetivadas apesar de que, muita pesquisa ainda deverá ser realizada sobre esses temas a fim de que possamos ampliar nossos conhecimentos sobre esses assuntos.

As manifestações que ganharam as ruas a partir de 2011, em vários locais do planeta, possuem algumas características comuns, apesar das particularidades e motivações diferentes em cada país onde ocorreram. Algumas dessas particularidades foram muito bem detalhadas por Manuel Castells, no livro “Redes de indignação e esperança.”

De forma geral, podemos dizer que foi a desilusão no projeto político e econômico vigente a causadora das manifestações em nível global. A ilusão de uma sociedade equalizada pelos mecanismos do mercado livre do neoliberalismo, ideia amplamente difundida pelos meios midiáticos, começou a se desfazer efetivamente, a partir da crise financeira iniciada em 2008. O abismo social e econômico que se formou entre as classes, independentemente do regime político vigente, democracia ou ditadura, serviu como combustível para as revoltas de populações que não mais suportavam essa situação de desigualdade.

O modelo de Estado que contempla uma aliança entre os detentores dos meios de produção e do capital e os políticos profissionais, em que os últimos tornam-se funcionários dos primeiros, encarregados de manter o *status quo* de qualquer maneira, demonstra claramente que se está vivendo uma crise ideológica e estrutural. Movimentos como o Occupy Wall Street e as manifestações na Europa deixaram claro que essa situação de desigualdade social, criada e mantida pelo descaso das elites em relação às classes populares, não está mais sendo suportada por estas, sendo necessário uma mudança urgente nas relações

sociais, políticas e econômicas. Que mudanças serão essas, nenhum analista ousaria prever, somente o tempo tem o poder de nos dizer.

Em relação à política, podemos dizer que estão se iniciando mudanças estruturais na forma das organizações tradicionais, como partidos e sindicatos. O velho modelo vertical e hierarquizado, obedecendo a um organograma de poder institucional, sofre uma crise de representatividade, e, pode estar sendo substituído por um sistema linear horizontal de relações, em que o poder fica diluído e distribuído entre os participantes, não permitindo a formação de lideranças “duras”, que se enraízam nos seus postos de poder. A influência das redes de Internet nessa mudança política é fundamental, o fluxo horizontal das relações em rede, influenciando diretamente a forma de mobilização, foi o que forjou essa mudança organizacional nas manifestações de rua.

Por se tratar de um tema de extrema importância para os dias atuais, essa nova forma de organização política horizontalizada merece, ao meu ver, grande atenção por parte dos teóricos, passível de grandes estudos futuros, constituindo-se em um imenso campo aberto para pesquisas sociais. Entretanto, a crise dos sistemas partidários e o enfraquecimento dos partidos como mecanismos de mediação do consenso não significam que as relações de poder, na sociedade política, tenham se tornado lineares e horizontais.

No Brasil, as manifestações tiveram características peculiares. Iniciadas na cidade de São Paulo pelo MPL (Movimento passe livre), a causa primeira dessas manifestações foi a situação precária e carente da mobilidade urbana. O perigoso jogo da substituição dos transportes de massa pelo transporte individualizado, aliado ao duvidoso sistema histórico de transportes “públicos” privados, ou seja, o sistema de transporte público é dominado pela iniciativa privada, chegou a um ponto de saturação, onde as cidades estão se encaminhando para um colapso da mobilidade urbana.

A manifestação que se iniciou por causa de um aumento de 0,20 centavos no preço das passagens de ônibus na cidade de São Paulo ganhou adesão nacional dos mais variados setores da sociedade brasileira, após a divulgação da violência policial pelas mídias tradicionais e pela Internet. O foco inicial dos protestos, porém, foi aos poucos sendo deixado de lado e as manifestações tornaram-se policlassistas, heterogêneas e pluriideológicas,

chegando a ser adotado, de certa forma, o jargão: “não é pelos vinte centavos” demonstrando o quanto as mesmas se desviaram de seu objetivo inicial.

Em alguns momentos, as manifestações tiveram uma apropriação pela direita oportunista numa tentativa de manipulação ideológica. Essa direita, representada pela classe média, buscou claramente conduzir o movimento para uma manifestação política contra o governo Dilma/PT, o que resultou numa característica diferenciada das manifestações globais. Enquanto nos outros países as manifestações eram contra o sistema político-financeiro neoliberal, utilizando a ocupação dos espaços públicos que foram privatizados, aqui no Brasil, a classe média de direita pedia o fim do governo Dilma e a volta do partido que implementou aqui, exatamente esse sistema neoliberal que foi o inspirador das manifestações.

Além da presença da classe média, a classe que efetivamente compôs a massa dos manifestantes foi o novo proletariado urbano classificado como precariado, jovens urbanos com alta escolaridade e empregos de baixa remuneração. O índice de participação do subproletariado nas manifestações de rua aqui analisadas, foi muito baixo, praticamente desconsiderável. Isso não significa que essa classe não se manifestou, houve mobilizações independentes do subproletariado, em movimentos mais consolidados como o dos sem-teto; mobilizações de categorias de trabalhadores como os motoristas e cobradores de ônibus; e os “rolezinhos” que foram movimentos de jovens que para demonstrar sua existência social, adentravam em shopping centers. Todas essas manifestações do subproletariado urbano tiveram reivindicações específicas com palavras de ordem bastante distintas das de classes média e alta.

Alguns pontos em comum com as manifestações globais dizem respeito à insatisfação da população com a desigualdade social cotidiana, e à insatisfação com o sistema econômico financeirizado global.

No Brasil, especificamente, a ocorrência dos megaeventos esportivos, a Copa das confederações, a Copa do mundo da Fifa, e a olimpíada que está por vir em 2018, foram fatores decisivos das revoltas, no momento em que as pessoas perceberam a distância existente entre os exorbitantes gastos das obras para os eventos e a sua miserável condição cotidiana de vida.

O fator comum entre todos os movimentos foi o uso intensivo das novas tecnologias de informação como meio de mobilização e propaganda. A Primavera árabe foi praticamente fruto da Internet, iniciou-se, propagou-se e se consolidou graças ao uso das redes. O Occupy, os movimentos na Europa, na América latina e no Brasil seguiram essa mesma matriz tecnológica para o seu desenvolvimento.

Conforme os exemplos apresentados neste trabalho, as redes sociais de Internet constituem-se hoje num instrumento imprescindível para a organização de movimentos sociais no século XXI. Possuem uma força de aglutinação de sentimentos comuns, que possibilita a integração das pessoas em torno de vontades compartilhadas em rede.

Num momento em que a hiperindividualização estimulada pela globalização neoliberal pode conduzir ao isolamento egoísta, as redes parecem funcionar como um espaço interativo de sociabilidade, que pode se transformar em um canal de confluência de vontades comuns. Apesar das redes sociais *on-line* como o *Facebook* funcionarem como canal de exposição das vaidades pessoais, também podem servir como uma forma de compartilhamento do isolamento egoísta a que as pessoas estão sujeitas.

Diante dos estudos teóricos aqui citados, incluindo este, podemos dizer que estamos vivenciando um momento histórico de transformações sociais. Esse momento caracteriza-se pela configuração de sociedades em redes de pessoas, que se utilizam das redes sociais *on-line* digitalizadas da Internet, onde vivem a segunda dimensão de suas realidades, os avatares que navegam pela realidade virtual do ciberespaço.

Mudanças estão ocorrendo em variados estádios da vida social: uma nova economia, uma nova forma de se fazer política, novas formas de cotidianidade e relacionamentos pessoais *on-line*. Revoluções foram consolidadas e governos foram derrubados, com o auxílio da rapidez informativa representada pelo advento das novas formas de comunicação *on-line*. Conforme já foi aqui citado, a Internet não tem o poder de transformar a ideologia e a mente das pessoas, mas pode ajudar a despertar sentimentos adormecidos que levam a ação, e que jamais poderiam ser despertados pelas mídias convencionais, com a mesma rapidez e eficiência.

Esse “admirável mundo novo”, ao qual eu chamo de *cibermundo* surgido com a criação da Internet, está apenas engatinhando dentro de uma nova realidade global. É um mundo novo representado pelas transformações das manifestações globais a partir de 2011, contra a tirania do binômio: políticos/banqueiros, e que tem como espaço “geográfico” o espaço abstrato das informações *on-line*, o ciberespaço.

Muitas mudanças ainda poderão ocorrer nesta nova perspectiva social, e muitos estudos ainda deverão ser feitos para podermos compreender melhor este mundo da sociedade em redes, mas, podemos dizer que, assim como Alexis de Tocqueville um dia afirmou que a democracia veio para ficar, a sociedade em redes *on-line* veio para ficar. Somente poderá ser superada por uma revolução muito mais poderosa que ela e, quiçá possa ser uma fonte de transformação humana, rumo à justiça social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. “As rebeliões de junho de 2013” OSAL, Observatório Social de América Latina, Año XIV N° 34, noviembre de 2013.

ASSANGE, Julian. “CYPHERPUNKS”. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

BAUMANN, Zygmunt. “Globalização: as consequências humanas.” Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.

BOBBIO, Norberto. “O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo.” Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

BOBBIO, Norberto. “Qual democracia?” São Paulo: Edições Loyola, 2010.

BRAGA, João Fabio Rodrigues. “Redes comunitárias na Internet: o desafio da democracia” Dissertação de mestrado. Orientadora: Maria Izabel de Medeiros Valle. Manaus 2011.

BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo. 2012

BRAGA, Ruy. “As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível” OSAL, Observatório Social de América Latina, Año XIV N° 34, noviembre de 2013.

CASTELLS, Manuel. “*A sociedade em Rede.*” Vol. I Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

CASTELLS, Manuel. “A galáxia da Internet.” Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. “Redes de indignação e esperança.” Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA, Thatyane Roberta de Castro. “*A mundialização da cultura, e os processos de homogeneização da cultura global.*” Revista Universitas - Relações Int., Brasília, v. 2, n.1, p. 255-267, jan./jun. 2004

DOMINGUES, Jose Mauricio. “Las movilizaciones de junio de 2013: ¿Exlosión fugaz o novísima historia de Brasil?” OSAL, Observatório Social de América Latina, Año XIV N° 34, noviembre de 2013.

ELIAS, Norbert. “A sociedade dos indivíduos.” Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

FOULCAULT, Michel. “Vigiar e punir. História da violência nas prisões.” Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.

GENTILI, Pablo e SADER, Emir. (org.) “Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o estado democrático” – 7ª ed. Paz e Terra, 2007.

HARVEY, David; MARICATO, Erminia [et al.] “Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil” – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

HARVEY, David [et al.] “Occupy Wall Street” (Movimento). São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.

LEFORT, Claude. “Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEFORT, Claude. “A invenção democrática. Os limites da dominação totalitária.” Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LÉVY, Pierre. “Cibercultura.” São Paulo Ed. 34, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “As ruas e a democracia. Ensaio sobre o Brasil contemporâneo.” São Paulo: Contraponto Editora Ltda. 2013.

ORTELLADO, Pablo; JUDENSNEIDER, Elena [et al.]. “Vinte centavos: a luta contra o aumento” 1ª ed. São Paulo: Veneta, 2013.

PATEMAN, Carole. “Participação e teoria democrática.” Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESCHANSKI, João Alexandre...et al. “Os “ocupas” e a desigualdade econômica”. “Occupy Wall Stret (Movimento). São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

PRENSKY, Marc. “Nativos digitais, imigrantes digitais”. In: On the Horizon (NCB university press vol. 9 nº 5 outubro de 2001). Tradução de Roberta de Moraes Jesus de Souza.

SCHERER-WARREN, Ilse. “Cidadania sem fronteiras – ações coletivas na era da globalização.” São Paulo: Hucitec, 1999.

SPINELLI, José Antonio e LYRA, Rubens Pinto. “Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas” Revista Cronos, Natal-Rn, V.8, Nº2 P. 567-587, Jul./Dez. 2007

STANDING, Guy. “O precariado: a nova classe perigosa” Belo Horizonte: Autêntica. Editora, 2013.

_____. “Precariado, rebeldia e renda cidadã”. Tradução Daniela Frabasile. Outras Palavras. 27 jun. 2012.

TOCQUEVILLE, Alexis. “A democracia na América, Leis e costumes.” São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis. “A democracia na América, sentimentos e opiniões.” São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WEFFORT, Francisco C. (org). “Federalista.” Coleção "Os Pensadores". São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ZIBECHI, Raúl. “Debajo y detrás de las grandes movilizaciones.” OSAL, Observatório Social de América Latina, Año XIV Nº 34, noviembre de 2013.

Revista CARTA CAPITAL Nº 740 de: 20/03/2013

Revista CARTA MAIOR 23/10/2013 Fabiano Santos “O desafio da esquerda (sobre os protestos de junho)” Acessado em 24/10/2013.

Blog da Boitempo 22/10/2013 Giovanni Alves “Os limites do neodesenvolvimentismo”.
Acessado em 24/10/2013

Referencias on-line

<http://www.techtudo.com.br>

<http://economia.ig.com.br>